FRAUDE O ESCÂNDALO DA LOJAS AMERICANAS CONTAMINA A AMBEV E REACENDE A DISCUSSÃO SOBRE A PRIVATIZAÇÃO DA ELETROBRAS

ENTREVISTA A DEPUTADA **LUIZA ERUNDINA** ALERTA: PARA NÃO FAZER CONCESSÕES INACEITÁVEIS, LULA DEPENDE DO APOIO POPULAR

CartaCapital

15 DE FEVEREIRO DE 2023 • ANO XXVIII • Nº 1246

Seu País

Economia

Nosso Mundo

Capa: Pilar Velloso. Foto: Sergio Lima/AFP

Flávio Dino deu duas semanas para os garimpeiros saírem em paz da TI Yanomâmi, mas alerta: "Não haverá anistia". Pág. 22

Plural

MICHAEL DANTAS/AFP E GUSTAV DORÉ/PILAR VELLOSO

CENTRAL DE ATENDIMENTO FALE CONOSCO: HTTP://ATENDIMENTO.CARTACAPITAL.COM.BR

BRASIL MASOQUISTA

A questão central é a política econômica, sempre ela. O golpe de 2016 foi para saquear o País. De que outra forma explicar o desmanche da cadeia do pré-sal, a venda de hidrelétricas, da Caixa Seguradora, da Eletrobras, de oleodutos, de 32% da BR Distribuidora e o ataque à tecnologia da Embraer? O PT parece não perceber que a economia define o espectro ideológico de um governo: juros de 14% é coisa da direita! Com a entrega de ativos estratégicos perde-se o controle da economia real também, por óbvio.

Anabi Resende Filho

FANÁTICOS DE TOGA

Se é ilegal, fere a Constituição e os direitos da criança, por que essas decisões não são derrubadas? O Brasil, definitivamente, não é um País para amadores.

Marjory M.

Aposto que, se a filha da juíza ficasse grávida com 12 anos, ela faria o aborto. Mas, para ela, meninas da periferia são, no máximo, experimentos laboratoriais.

Joyce Moura Pinede

TURISTA EM APURO

A verdade é que o Bolsonóquio se tornou um fugitivo. Esse negócio de palestra parece piada, porque o cara é despreparado intelectual, emocional e politicamente. Vai ensinar o quê? Foi um péssimo militar, um parlamentar medíocre e um presidente incapaz. O pior na história do Brasil.

Walter Amoras

DE CABEÇA ERGUIDA

O senador Jaques Wagner resumiu em poucas palavras o extraordinário início do governo Lula. Só não vê quem não quer ou quem aposta contra. Na maioria dos casos, os detratores do presidente têm pouca ou nenhuma bagagem cultural, não leem, não gostam de boa música, não gostam de cinema, de arte em geral. Já os que o admiram são pessoas criativas, de boa índole, solidárias, que apreciam a arte, a cultura e a vida. Eis a diferença.

Paulo Sérgio Cordeiro

GENOCÍDIO BANHADO A OURO

"Vamos aproveitar a pandemia e passar a boiada." Autor da infame proposta, Ricardo Salles, o ministro do Meio Ambiente de Bolsonaro, deveria ter sido preso pelo incentivo aos criminosos da floresta.

Raphael Pires

É exatamente essa "boa estrutura" criminosa que precisa ser investigada. Os garimpeiros são apenas uma pontinha da criminalidade.

Elaine Calux

SOLUÇÃO FINAL

Gostaria de parabenizar Fabíola Mendonça pela reportagem de capa da edição 1244. É mais um texto de *CartaCapital* para entrar nos livros de História do Brasil. O levantamento da situação que chocou o mundo, de cada um dos responsáveis e suas ações, mostra clara e limpidamente o objetivo assassino dos envolvidos: o genocídio. Nós, tão distantes, pudemos ver, analisar e, principalmente, nos indignar. Essa indignação não pode arrefecer.

Mara de Andréa

BANCADA DO GARIMPO

Temos de dar um basta a essa ganância desenfreada, ao custo de vidas indígenas. É preciso informar ao povo os nomes e as ações desses que contribuíram ou se omitiram para a catástrofe do povo Yanomâmi.

Carlos Gama

CARTAS PARA ESTA SEÇÃO

E-mail: cartas@cartacapital.com.br, ou para a Rua da Consolação, 881, 10º andar, 01301-000, São Paulo, SP.
•Por motivo de espaço, as cartas são selecionadas e podem sofrer cortes. Outras comunicações para a redação devem ser remetidas pelo e-mail **redacao@cartacapital.com.br**

CartaCapital

DIRETOR DE REDAÇÃO: Mino Carta
REDATOR-CHEFE: Sergio Lirio
EDITOR-EXECUTIVO: Rodrigo Martins
CONSULTOR EDITORIAL: Luiz Gonzaga Belluzzo
EDITORES: Ana Paula Sousa, Carlos Drummond e Mauricio Dias
REPÓRTER ESPECIAL: André Barrocal
REPÓRTERES: Fabíola Mendonça (Recife), Mariana Serafini e Mauricio Thuswohl (Rio de Janeiro)
SECRETÁRIA DE REDAÇÃO: Mara Lúcia da Silva
DIRETORA DE ARTE: Pilar Velloso
CHEFES DE ARTE: Mariana Ochs (Projeto Original) e Regina Assis
DESIGN DIGITAL: Murillo Ferreira Pinto Novich
FOTOGRAFIA: Renato Luiz Ferreira (Produtor Editorial)
REVISOR: Hassan Ayoub
COLABORADORES: Afonsinho, Aldo Fornazieri, Alysson Oliveira, Antonio Delfim Netto, Boaventura de Sousa Santos, Cássio Starling Carlos, Célia Xakriabá, Celso Amorim, Ciro Gomes, Claudio Bernabucci (Roma), Djamila Ribeiro, Drauzio Varella, Emmanuele Baldini, Esther Solano, Flávio Dino, Gabriel Galípolo, Guilherme Boulos, Hélio de Almeida, Jaques Wagner, José Sócrates, Leneide Duarte-Plon, Lídice da Mata, Lucas Neves, Luiz Roberto Mendes Gonçalves (Tradução), Manuela d'Ávila, Marcelo Freixo, Marcos Coimbra, Maria Flor, Marília Arraes, Murilo Matias, Omilo Costa Jr., Paulo Nogueira Batista Jr., Pedro Serrano, René Ruschel, Riad Younes, Rita von Hunty, Rogério Tuma, Rui Martin Daher, Sérgio Martins, Sidarta Ribeiro, Vilma Reis, Walfrido Warde e Wendal Lima do Carmo
ILUSTRADORES: Eduardo Baptistão, Severo e Venes Caitano

CARTA ONLINE
EDITORA-EXECUTIVA: Thais Reis Oliveira
EDITORES: Alisson Matos e Brenno Tardelli
EDITOR-ASSISTENTE: Leonardo Miazzo
REPÓRTERES: Ana Luiza Rodrigues Basilio (CartaEducação), Camila Silva, Getulio Xavier, Marina Verenicz e Victor Ohana
VÍDEO: Carlos Melo (Produtor)
ESTAGIÁRIOS: André Costa Lucena, Beatriz Loss e Sebastião Moura
REDES SOCIAIS: Caio César
SITE: www.cartacapital.com.br

basset editora

EDITORA BASSET LTDA. Rua da Consolação, 881, 10º andar, CEP 01301-000, São Paulo, SP. Telefone PABX (11) 3474-0150

PUBLISHER: Manuela Carta
DIRETOR EXECUTIVO: Marcelo Romão
DIRETOR DE OPERAÇÕES: Demetrios Santos
GERENTE DE TECNOLOGIA: Anderson Sene
ANALISTA DE CIRCULAÇÃO: Ismaila Alves
AGENTE DE BACK OFFICE: Verônica Melo
CONSULTOR DE LOGÍSTICA: EdiCase Gestão de Negócios
EQUIPE ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA: Fabiana Lopes Santos, Fábio André da Silva Ortega, Raquel Guimarães e Rita de Cássia Silva Paiva

REPRESENTANTES REGIONAIS DE PUBLICIDADE
RIO DE JANEIRO: Enio Santiago, (21) 2556-8898/2245-8660, enio@gestaodenegocios.com.br
BA/AL/PE/SE: Canal C Comunicação, (71) 3025-2670 – Carlos Chetto, (71) 9617-6800/ Luiz Freire, (71) 9617-6815, canalc@canalc.com.br
CE/PI/MA/RN: AG Holanda Comunicação, (85) 3224-2267, agholanda@agholanda.com.br
MG: Marco Aurélio Maia, (31) 99983-2987, marcoaureliomaia@gmail.com
OUTROS ESTADOS: comercial@cartacapital.com.br

ASSESSORIA CONTÁBIL, FISCAL E TRABALHISTA: Firbraz Serviços Contábeis Ltda. Av. Pedroso de Moraes, 2219 – Pinheiros – SP/SP – CEP 05419-001 www.firbraz.com.br, Telefone (11) 3463-6555

IMPRESSÃO: Plural Indústria Gráfica - São Paulo - SP
DISTRIBUIÇÃO: S. Paulo Distribuição e Logística Ltda. (SPDL)
ASSINANTES: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

CENTRAL DE ATENDIMENTO

Fale Conosco: http://Atendimento.CartaCapital.com.br
De segunda a sexta, das 9 às 18 horas – exceto feriados

Edições anteriores: avulsas@cartacapital.com.br

Mino Carta

De avô para neto

A frondosa árvore genealógica da família Campos

Dia 1º de janeiro passado, no seu discurso de posse para um terceiro mandato, Lula foi claro na definição do *impeachment* de Dilma Rousseff, a quem caberia prosseguir no caminho traçado pelo antecessor. Michel Temer arcou com o papel de usurpador e assumiu a Presidência. Ficou evidente então o papel do vice inconfiável, a se tornar insuflador do golpe, desafiando a Constituição. No outro dia, como diria Mário de Andrade, Temer perpetrou uma conferência filmada pela televisão, apresentado como ex-presidente da República. Que país é este, capaz de celebrar um passado clamorosamente inconstitucional, ao deixar de punir o vilão da bandalheira?

Há muito de podre neste episódio, bem como na pretensão de nítida inspiração bolsonarista de manter a independência do Banco Central. Lula não hesitou, no seu memorável discurso de posse, em definir como golpe o *impeachment* de Dilma Rousseff, que haveria de dar prosseguimento ao seu governo. Estranha, embora perfeitamente inserida no contexto irregular, a pressão para manter a independência do BC precipitada pelo bolsonarismo contra a vontade plenamente justificada pelo governo levado ao poder no pleito de outubro passado.

Singulares coincidências por ora mantêm no comando do BC um certo Roberto Campos Neto, homônimo do avô que serviu à ditadura na definição de sua política econômica, sem contar a passagem pela embaixada de Londres. Naquele tempo eu dirigia a revista *Veja* e de minha atuação Campos queixava-se junto a Victor Civita, fundador e dono da Edi-

Michel Temer na contemplação da alegria do Congresso com o *impeachment* de Dilma Rousseff

ARQUIVO PESSOAL E ANDRESSA ANHOLETE/AFP

No restaurante da Editora Abril, encontro com Roberto Campos e Delfim Netto

tora Abril. Campos chegava a pressionar com o propósito de visar a minha demissão. Era do conhecimento da redação, diria mesmo do mundo mineral, a sua pretensa vocação de Casanova, exercida com empenho desabusado em um clube que reunia no seu andar nobre as mais belas *escort girls* de São Paulo.

O local era decorado com esmero e lá ele podia ficar à vontade, entregue a amplexos juvenis. Não faltaram incursões de repórteres atilados para colhê-lo em ação. Tempos de diversão à sombra da ditadura. Não sei se o neto de tanto avô lhe repete ou não determinadas façanhas, mas é certo que Lula não o quer onde está, para impedir a esdrúxula independência do BC. Foi obra de Paulo Guedes, o "Posto Ipiranga" do governo Bolsonaro, a nomeação deste derradeiro contemplado na árvore genealógica da família Campos.

Já sabemos da tendência conciliadora do presidente da República, mas desta vez é possível que um contencioso de importantes consequências políticas venha a se estabelecer em torno de mais este Campos indesejado pelo governo. As apostas dos interessados trafegam por enquanto nos domínios da incerteza, embora não faltem demonstrações das resistências do *status quo*. Por exemplo: Arthur Lira, presidente da Câmara, equilibrista de denodada atuação, é um notável imitador do arlequim servidor de dois amos. E não é pouco, pois, de geração em geração, só existe um ator capaz de interpretar o papel da personagem de Carlo Goldoni.

Arthur Lira, produz o desempenho que lhe convém em cada situação, com habilidade provecta. Como se sabe, neste exato instante goza do apreço de Lula, da mesma forma que mereceu de Bolsonaro. Haverá quem diga que tal é o jogo político. Admita-se, contudo, que a coerência por aqui escarpeia, mesmo por causa da falta de partidos ancorados em tendências ideológicas sólidas e imutáveis. No Brasil, cada situação, cada impasse, cada momento de tensão tem necessariamente de cantar, mesmo que o vinho ou o assunto não sejam de primeira qualidade. •

A Semana

Inversão de valores

Na madrugada do sábado 4, os vereadores da catarinense São Miguel do Oeste cassaram a colega Maria Tereza Capra, do PT, por suposta quebra de decoro. O crime de Capra? Denunciar, em vídeo, as saudações nazistas feitas por moradores da cidade na porta da base do Exército em 2 de novembro do ano passado. As imagens correram o mundo. Em mais uma piada pronta, a parlamentar foi acusada de propagar notícia falsa. Além de perder o mandato, a petista tem sofrido ameaças de morte. Um dos e-mails enviados a Capra dizia o seguinte: "Cassar seu mandato é só o primeiro passo. Vou cassar sua vida depois. Você é tão feia que nem merece ser estuprada, tem que morrer de pancada".

Golpismo/ Bagres, tubarões e carpas

As últimas do bolsonarismo tresloucado, na Justiça e nas colunas de fofoca

A Polícia Federal continua a avançar nas investigações dos atos terroristas de 8 de janeiro. Na terça-feira 7, foram presos quatro oficiais da Polícia Militar do Distrito Federal acusados de participação ou omissão durante a invasão dos prédios dos Três Poderes em Brasília. As duas personagens mais fulgurantes e emblemáticas da lista são o coronel Jorge Eduardo Naime Barreto, então chefe do Departamento Operacional, cuja função era impedir a baderna, e o major Flávio Silvestre de Alencar, flagrado em vídeo em confraternização com depredadores do prédio do Supremo Tribunal Federal. Os novos detalhes da apuração permitem dizer que Fábio Augusto Vieira, ex-comandante da PM do Distrito Federal, preso no calor dos acontecimentos por ordem do ministro Alexandre de Moraes, foi ludibriado pelos subordinados.

Moraes revogou a prisão de Vieira e agora se debruça sobre a última e patética tramoia golpista de Jair Bolsonaro e comparsas. O ministro ordenou a abertura de inquérito contra o senador Marcos do Val, de currículo tão fraudulento quanto as revelações contraditórias que fizeram a alegria do noticiário político e dos programas de humor. Do Val, para quem não se lembra, afirmou ter sido coagido pelo ex-capitão a participar de uma operação para gravar Moraes, arrancar-lhe uma confissão de parcialidade e conseguir um pretexto para anular as eleições. Desde então, o senador recontou a história de vários modos diferentes. Outros integrantes da central de "inteligência" golpista eram o deputado Daniel Silveira, remetido novamente à cadeia por descumprir ordens judiciais, o *hacker* Walter Delgatti, da Vaza Jato, e integrantes do Gabinete de Segurança Institucional. É o mais ridículo plano de que se tem notícia em muitas décadas.

Não bastasse, os brasileiros foram informados do tamanho da cobiça da família Bolsonaro. Além de surrupiar caixas de camarão, bacalhau, picanha e filé-mignon, comprados com dinheiro público, Michelle mandou o pastor Francisco de Assis Castelo Branco esvaziar o espelho d'água do Palácio da Alvorada e recolher as moedas jogadas por turistas (o dinheiro, dizem, seria doado a igrejas). Pior para as carpas, presente do imperador japonês Hirohito e avaliadas em ao menos 10 mil reais cada uma, que pagaram com a vida pela ganância alheia. Castelo Branco fez jus ao apelido de "pastor-capeta".

O coronel Barreto está preso e o senador do Val será investigado. Logo chegará a vez do pastor Castelo Branco

São Paulo/ A tática da asfixia

Novo subprefeito da Sé cogita uso de "munição química" na Cracolândia

Uma das maiores áreas abertas de consumo de drogas do mundo, a Cracolândia tem três décadas de existência. Desde as primeiras aglomerações, o Poder Público foca na repressão: prisão de pequenos traficantes, dispersão de dependentes químicos, internações forçadas. A única experiência distinta foi o programa De Braços Abertos, do então prefeito Fernando Haddad, que ofereceu moradia e trabalho aos adictos sem exigir deles abstinência. Estudos mostram que o fluxo de usuários e os furtos no Centro de São Paulo caíram, mas os seus sucessores optaram por retomar a tática do prende e arrebenta.

Agora, o prefeito Ricardo Nunes, do MDB, parece disposto a reforçar a repressão. Acaba de nomear para a Subprefeitura da Sé o coronel Álvaro Batista Camilo, ex-comandante da PM. Ao site Metrópoles, o oficial mostrou estar disposto a tudo para varrer a turma dali: "Vai chegar o momento em que vai precisar usar munição química? Vai. Muitas vezes manipulados pelo tráfico, eles acabam enfrentando o Poder Público e não tem outra escolha". O coronel nega, porém, não dar opções a quem vive na rua. "Não tem só albergue, pode ser abrigo temporário, aluguel social. A ideia é oferecer um leque de possibilidades até o ponto de falar: 'Olha, vá para outro lugar porque aqui, infelizmente, você corre risco de morte e não vai ficar'."

Esse é o acolhimento que a prefeitura paulistana pretende oferecer

Fiador da paz

O Brasil aceitou, na segunda-feira 6, o convite da Colômbia para participar das negociações de paz entre o governo colombiano e o Exército de Libertação Nacional, a última guerrilha atuante no país. As conversas estavam suspensas desde 2019, por decisão de Iván Duque, mas foram retomadas no ano passado, após a vitória do presidente Gustavo Petro. A diplomacia brasileira deve somar esforços com a chancelaria da Venezuela, de Cuba e da Noruega, que já atuam como países garantidores do processo de paz. Chile e México também foram convidados para integrar o grupo.

Diplomacia/ NUVENS DA DISCÓRDIA

AS RELAÇÕES SINO-AMERICANAS ESTREMECEM APÓS ABATE DE BALÃO CHINÊS

A Chancelaria de Pequim protestou, na segunda-feira 6, contra a decisão dos EUA de abater um balão chinês, acusado de atividades de espionagem por Washington. Segundo a nação asiática, o aeróstato era civil e destinado a pesquisas meteorológicas. As ações do governo norte-americano "prejudicam seriamente o progresso para estabilizar as relações sino-americanas", reagiu o vice-ministro das Relações Exteriores da China, Xie Feng.

O balão chinês foi derrubado por um caça na costa da Carolina do Sul, após percorrer os EUA ao longo de sete dias. Autoridades do Pentágono decidiram esperar o artefato chegar ao Atlântico, para evitar que os destroços caíssem sobre áreas povoadas. A preocupação do governo norte-americano no caso divide a opinião de especialistas. Muito usados durante a Guerra Fria, os balões hoje são vistos como um método de espionagem ultrapassado, pois as imagens que produzem não são tão mais valiosas que as captadas por satélites.

Após o episódio, Joe Biden afirmou que Xi Jinping "tem problemas enormes". A Chancelaria chinesa repudiou a declaração. "As palavras dos EUA são totalmente irresponsáveis".

Pequim diz que a aeronave era civil. Washington denuncia espionagem

REDES SOCIAIS, PM-DF E LUCA MFOLA

Passadinha na Casa Branca

Em visita-relâmpago a Washington, Lula vai encontrar-se com o presidente dos EUA, Joe Biden, na sexta-feira 10, para reforçar a aliança dos países em defesa da democracia. Ambos os líderes foram vítimas de tentativas de golpe por extremistas inconformados com o resultado das eleições. Em 6 de janeiro de 2021, apoiadores de Donald Trump invadiram o Capitólio. Em 8 de janeiro deste ano, foi a vez de os bolsonaristas se insurgirem em Brasília. Logo após os ataques ao Palácio do Planalto, ao Congresso e ao STF, Biden telefonou para Lula e "transmitiu o apoio inabalável dos EUA à democracia do Brasil". O brasileiro, por sua vez, tem insistido na necessidade de criar uma aliança global para conter o avanço da extrema-direita. Ainda no primeiro trimestre, Lula pretende visitar Portugal e China.

Pai não consegue largar a mão da filha morta em desabamento na Turquia

ADEM ALTAN/AFP

Oriente Médio/ Terra em fúria

Terremoto arrasa a Turquia e a Síria, provocando mais de 17 mil mortes

Um devastador terremoto de magnitude 7,8 matou, na segunda-feira 7, mais de 17 mil habitantes da Turquia e da Síria, além de deixar dezenas de milhares de feridos. Até o fechamento desta edição, na quinta-feira 9, equipes de resgate ainda trabalhavam nos dois lados da fronteira, na expectativa de encontrar sobreviventes. O número de vítimas, no entanto, não parava de crescer à medida que os socorristas vasculham os escombros das edificações.

Fruto de uma ruptura de mais de 100 quilômetros entre as placas tectônicas da Anatólia e da Arábia, o terremoto é o mais forte registrado na região desde um sismo com magnitude similar ocorrido em 1939, com o trágico saldo de 30 mil turcos mortos. A energia liberada pelo recente tremor foi equivalente a 32 petajoules, quantidade suficiente para abastecer a cidade de Nova York por mais de quatro dias, explicou o sismólogo Januka Attanayake, da Universidade de Melbourne, ao *New York Times*.

Não bastasse, foram registradas mais de 40 réplicas, tremores menores que sucederam o principal. Uma delas, de magnitude 6,5, ocorreu apenas 11 minutos após o primeiro abalo sísmico. Horas depois, um terremoto de magnitude 7,5 contribuiu para levar abaixo prédios com a estrutura já abalada. Com base em mapas da área afetada, a Organização Mundial da Saúde estima que 23 milhões de pessoas estão expostas às consequências do terremoto, "incluindo 5 milhões de indivíduos vulneráveis". É o caso de refugiados da Guerra da Síria e de habitantes de áreas destruídas por mais de uma década de conflitos armados no país.

O trabalho de resgate é dificultado pelas condições climáticas adversas. À noite, os socorristas precisam enfrentar baixas temperaturas, sob chuva ou neve, para manter as buscas por sobreviventes. Em diversas localidades, houve interrupção do fornecimento de energia elétrica e de combustível. O terremoto também provocou inestimáveis prejuízos ao patrimônio histórico. É o caso do Castelo Gaziantep, na Turquia, construído pelo Império Romano entre os séculos 2 e 3, durante o reinado do imperador bizantino Justiniano, o "Arquiteto dos Castelos". As paredes da milenar edificação, tombada pela Unesco, caíram em efeito dominó.

ALDO FORNAZIERI

Retomar a Amazônia

▶ **É preciso uma verdadeira operação de guerra para combater o crime que tomou conta da região**

Ao mesmo tempo que a sociedade brasileira teve conhecimento das terríveis imagens da tragédia Yanomâmi, aos poucos também se informa acerca do estado de abandono e da ausência do Poder Público na Amazônia. A região está entregue aos barões do ouro, aos madeireiros, garimpeiros, traficantes e ao crime organizado. Esses grupos cometem todos os tipos de crimes, de destruição e de violências, tendo como principais vítimas os povos originários e o meio ambiente.

É impressionante e degradante como essa imensa região, de importância estratégica para o Brasil e para o planeta, foi abandonada nas mãos de grandes criminosos que operam com milhares de pessoas, um verdadeiro exército, a serviço da destruição, violência e evasão de riquezas, do contrabando, da sonegação fiscal e toda a sorte de ilegalidades. Um estudo do MapBiomas revelou a existência de 2.869 pistas na região, 30% em terras indígenas. Só nas terras Yanomâmis são 75. A maior parte está a serviço da logística de atividades ilegais e criminosas. O garimpo utiliza mais de 1,2 mil pistas. Tudo isso revela o quanto são poderosos os operadores e chefes dessas atividades ilícitas.

A retomada da Amazônia pelo Poder Público requer uma verdadeira operação de guerra, não só com aumento da presença do Estado em suas múltiplas funções e com a proteção dos povos em risco, mas com uma necessária reforma e reorganização das instituições públicas federais, estaduais e municipais. Sem essa reorganização, sob a égide de um projeto estratégico de proteção e desenvolvimento socioambiental, as medidas tomadas poderão ser paliativas. A reorganização e a inovação institucional precisam ser feitas em várias frentes. Tome-se o caso da segurança. É preciso criar um Comando Militar da Amazônia unificado, integrando as três forças – Exército, Marinha e Aeronáutica. Nesse processo, torna-se necessário reforçar a presença da Marinha e da Aeronáutica, tanto em termos de capacitação humana quanto em dotação da capacidade operacional. Trata-se de estabelecer um rigoroso controle do espaço aéreo e das vias fluviais, sem o que as operações de segurança serão pouco eficazes.

Ainda na área da segurança, o recomendável é que nas capitais, nas grandes cidades e nos municípios estratégicos se criem comitês integrados com a participação da Polícia Federal, polícias estaduais, Forças Armadas, órgãos de proteção ambiental e representantes das três esferas da federação. Reformar e reforçar as instituições de fiscalização e controle ambientais – ICMBio, Ibama, Funai etc. –, dotando-as de pessoal e meios de ação, deve ter a mesma prioridade.

A reestruturação das instituições de segurança precisa estar integrada a duas outras frentes de reorganização e inovação. Uma delas diz respeito à frente de garantia de direitos aos povos da região em termos de saúde, assistência, educação, saneamento e descontaminação e habitação, com a construção de infraestrutura de garantia desses direitos. Os moradores precisam viver com dignidade, para que possam não só reduzir o dano ambiental, mas também se tornarem agentes de proteção do mesmo.

A outra frente diz respeito à elaboração de um projeto de desenvolvimento socioambiental capaz de produzir bem-estar e preservação. Hoje, os maiores beneficiários da exploração das riquezas amazônicas são, de um lado, os chefes das atividades criminosas e destrutivas e, de outro, grandes empresas que exploram a biodiversidade e pouco contribuem para o desenvolvimento sustentável local.

Dessa forma, o projeto de desenvolvimento socioambiental precisa propor um modelo produtivo distributivo, capaz de reforçar a autonomia local, integrando preservação, uso intensivo de tecnologias limpas, bem-estar e conservação das culturas e tradições da região. A assistência técnica, o desenvolvimento de técnicas produtivas preservacionistas e a disseminação de boas práticas são variados subsídios que o Estado precisa colocar à disposição dos indivíduos e do meio ambiente.

Se no longo prazo deve prevalecer a criação de consensos por meio de leis e da educação, no curto prazo são necessárias ações de força. É preciso bombardear pistas, destruir máquinas, apreender bens, prender os chefes e os barões beneficiários dos crimes, promover embargos de ações criminosas e confiscar terras desmatadas ilegalmente. Monitorar a circulação de ouro e de outros minerais preciosos, de madeira e de carne, promovendo o estrangulamento econômico das atividades criminosas, são ações repressivas e preventivas de curto prazo que precisam ser implementadas com urgência. Só assim a opinião pública brasileira e mundial terá uma resposta satisfatória por parte do Poder Público. •

alfornazieri@gmail.com

BAPTISTÃO

DUELO AO SOL

LULA RECLAMA DE ENFRENTAR SOZINHO ROBERTO CAMPOS NETO, PRESIDENTE DO BC

por ANDRÉ BARROCAL

Lula foi na segunda-feira 6 ao Rio de Janeiro, terra do presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, para compromissos oficiais e, na volta a Brasília, queixou-se no voo de que não podia brigar sozinho com a instituição. Os aliados políticos, entre eles algumas testemunhas da queixa, precisavam apoiá-lo. Mais cedo, o petista tinha comparecido à posse de Aloizio Mercadante no BNDES, o banco público de apoio ao desenvolvimento nacional, e depois comentou no avião não ter ficado lá muito satisfeito com o discurso ouvido. Um ponto em especial o incomodara. "Não pretendemos ficar disputando mercado com o sistema financeiro privado", declarara Mercadante. Lula quer que os bancos estatais concorram com os particulares. Baixar os juros dos empréstimos aos cidadãos e às empresas tornou-se uma obsessão. A expansão do crédito faz o motor da economia girar. O Brasil tem hoje a maior taxa básica do mundo, 13,75% ao ano. A chamada Selic dita o rumo dos juros bancários praticados no mercado e, no tamanho atual, afoga o motor.

Em novembro, o deputado Lindberg Farias, do PT do Rio, dizia a *CartaCapital* que "o Banco Central pode ser um problema para nossa estratégia de retomada do crescimento econômico e de geração de empregos". O receio confirmou-se, diante da disposição expressa pelo BC, no início do mês, de manter a Selic alta por um tempo maior. "É sabotagem contra o governo", afirma o parlamentar, autor de um pedido de convocação de Campos Neto à Câmara para prestar esclarecimentos. Segundo o deputado, a aprovação presidencial será fundamental contra a oposição radical bolsonarista, terá de ser medida dia a dia. Lula elegeu-se no aperto contra Jair Bolsonaro, graças ao eleitor mais pobre, a quem seus governos anteriores eram promessa de vida melhor. O presidente acredita ter derrotado o capitão, mas não o bolsonarismo. Diante da dinâmica das redes sociais e da força da extrema-direita nas plataformas digitais, o clima eleitoral será permanente. Quanto tempo irá durar a paciência popular com o petista? Em 30 de janeiro, Bolsonaro, do autoexílio em Miami, prognosticou em uma palestra: pelo visto no primeiro mês, o governo "não vai durar muito tempo".

O PETISTA CONVOCOU OS ALIADOS PARA UMA CRUZADA CONTRA OS JUROS ALTOS. SURTIRÁ EFEITO?

"Se o País não voltar a crescer, não sei se a gente vai segurar", declarou Lula no evento no BNDES. Era uma referência à intentona dos fiéis do capitão em 8 de janeiro. "Não podemos brincar, porque um dia o povo pobre pode se cansar de ser pobre e pode resolver fazer as coisas mudarem nesse País. E eu ganhei as eleições exatamente para fazer as mudanças que não eram feitas. Se nós conseguirmos decepcionar esse povo, e o povo passar a desacreditar em nós, eu fico pensando o que será desse País."

Dois dias após voltar do Rio, Lula reuniu no Palácio do Planalto parlamentares e dirigentes partidários governistas e botou o Banco Central na berlinda. Não há "justificativa" para o juro estar no nível vigente, comentou, e foi uma "vergonha" a explicação dada pela direção da instituição para ter mantido a taxa e acenado que seria assim por mais tempo do que imaginava necessário. A explicação constava do comunicado divulgado após o último encontro do Comitê de Política Monetária, o Copom, em 1º de fevereiro, que havia tirado Lula do sério. Em entrevista no dia seguinte, o petista declarou guerra a Campos Neto, chamado por ele de "esse cidadão". É para a batalha contra o eco-

Campos Neto não tem se mostrado tão "independente", vide sua presença em grupo de WhatsApp de ex-ministros de Bolsonaro, conforme as imagens capturadas no celular de Ciro Nogueira. Lula está convencido de que o dirigente do BC joga contra o governo

EDU ANDRADE/MF, MARCELO CAMARGO/ABR E GABRIELA BILÓ/FOLHAPRESS

nomista de 59 anos, herança de Bolsonaro por obra da lei de autonomia do BC, que o presidente queria o apoio da tropa. E parece ter conseguido, ao juntá-la na quarta-feira 8. "O presidente do Banco Central tem que ser enquadrado, ser convocado no Congresso, na Câmara, no Senado, e explicar por que tem que manter juros reais de 8%", disse publicamente um participante da reunião, Paulinho, presidente do partido Solidariedade e expoente da Força Sindical.

O juro real é a Selic descontada da inflação. É o lucro limpo de quem compra certo título público. Nos Estados Unidos, para onde Lula embarcou na quinta-feira 9 a fim de encontrar Joe Biden, a taxa básica está em 4,75% e a real, negativa em 1,75%. Na Europa, o juro real também está negativo (-6%). Na Rússia, que enfrenta a guerra na Ucrânia e sanções mundiais em razão do conflito, ele é de 4%. China, Índica e África do Sul, outros parceiros do Brasil nos Brics, convivem com porcentuais bem menores do que o brasileiro. Lula deseja reduzir a Selic a 7%,

As previsões do mercado financeiro para o crescimento do Brasil nos próximos dois anos são péssimas. Média de 1%

8% nominais até dezembro. Foi o que disse o líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues, no fim da reunião no Planalto. Segundo o senador, com a aprovação de uma reforma tributária, a apresentação ao Congresso de uma lei de controle de gastos e a votação de uma medida provisória que eleve a arrecadação federal contra calotes empresariais nos impostos, o BC teria conforto para baixar o juro. "Se nos resignarmos aos 13,75%, a gente vai se conformar com 0,7% de crescimento no fim do ano. Não aceitamos."

PIB de 0,7% neste ano é o que prevê a média do "mercado" consultado semanalmente pelo BC. Outras estimativas são igualmente desanimadoras. Itaú: 0,9%. Consultoria XP: 1%. Fundo Monetário Internacional: 1,2%. Bradesco: 1,5%. Pelas mesmas apostas, 2024 será outra decepção (de 1% a 1,5% de crescimento). "O que não é possível é continuar crescendo meio por cento ao ano. Não é possível. Não há conflito distributivo superável crescendo meio por cento ao ano. Nós não vamos nos entender com esse crescimento. As tensões tendem a piorar." Palavras de Fernando Haddad, o ministro da Fazenda, em novembro, em um almoço de fim de ano da Febraban, a federação dos bancos. Lula pretende convocar ao Planalto os dirigentes da Febraban e o comandante da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Josué Gomes da Silva, para pedir adesão à campanha contra o juro alto. "É preciso, Josué, que você saiba que se a classe empresarial não se manifestar, se as pessoas acharem que vocês estão felizes com o 13,5%, sinceramente eles não vão baixar juros", disse o presidente no BNDES. Gomes da Silva, que recusou o convite para o Ministério da Indústria, é filho do falecido vice de Lula nos dois mandatos anteriores, José Alencar, inimigo da alta taxa, que cairia de 25% para 10% ao ano entre 2003 e 2010.

Na cruzada contra Campos Neto, Lula parece movido pela desconfiança de que falta o apetite de Alencar ao ministro da Fazenda quando se trata do mesmo assunto. É o que diz um político do PT que conversou com o mandatário nos últimos dias. O presidente, diz essa fonte, acredita ter um legado a preservar e que

sua biografia está em jogo. Colaboradores lulistas como Haddad e Mercadante estariam, ao contrário, em busca de aceitação do "mercado". Essas impressões do político foram corroboradas por Lula na reunião na quarta-feira 8. "A gente não tem que pedir licença para governar, a gente foi eleito para governar. A gente não tem que agradar ninguém, a gente tem que agradar o povo brasileiro, que acreditou num programa que nos trouxe até aqui e é esse programa que nós vamos cumprir."

Do início da campanha de Lula contra o BC até o momento da reunião com os aliados, integrantes do governo ou assessores haviam dito anonimamente à mídia que aconselhavam o mandatário a maneirar nos ataques a Campos Neto. Um ministro da área econômica chegou a comentar com o portal G1 que a "ofensiva" de Lula "está acima do tom e é hora de deixar a equipe econômica trabalhar". Quem seria esse ministro? A emedebista Simone Tebet, do Planejamento, que havia concorrido a presidente tendo como sua economista-chefe a liberal privatista Elena Landau?

Conselhos, se de fato houve, não demoveram Lula. Em 19 de janeiro, o ministro da articulação política, Alexandre Padilha, do PT, havia tuitado: "O governo sabe que a política monetária e o papel de análise da macroeconomia do Banco Central são de extrema importância. E, também por isso, a convivência respeitosa entre as instituições vai continuar sendo a ordem dessa gestão". Numa entrevista um dia antes, Lula chamara de "bobagem" a autonomia do BC e contestara a decisão do banco de fixar a meta de inflação abaixo de 4%. Quanto menor a meta, mais o BC é levado a pesar a mão no juro. A decisão de reduzi-la tinha sido tomada em 2018 pelo antecessor de Campos Neto, Ilan Goldfajn, e o Ministério da Fazenda, ainda no governo Temer. Apesar do tuíte de Padilha, Lula seguiu a criticar Campos Neto e o BC, e de modo ainda mais contundente. Detalhe: na eleição, Padilha era cotado para comandar a Fazenda. Seu chefe de gabinete é um ex-analista político da XP, Richard Back, bússola sobre os humores do sistema financeiro.

HADDAD BUSCA ABAIXAR A FERVURA E ENCONTRAR UM PONTO DE DIÁLOGO, ENQUANTO LULA OPTA POR MANTER A PRESSÃO

Haddad também preferia contemporizar. Na terça-feira 7, véspera da reunião com aliados no Planalto, o ministro tinha classificado de "amigável" a ata do Copom divulgada naquele dia sobre a decisão de manter o juro em 13,75% e de conviver com essa taxa mais tempo. O breve comunicado da semana anterior havia sido interpretado por analistas do "mercado" como uma reação à intenção do governo de gastar mais. O recado seria: mais gastos, mais inflação, mais juros. A ata em si foi vista como uma tentativa do BC de transmitir uma espécie de voto de confiança no governo, daí a leitura do ministro da Fazenda.

Haddad e Campos Neto estiveram três vezes frente a frente. Em 13 de dezembro, no BC, no período de transição. Em 30 de dezembro, no hotel em que Lula estava hospedado em Brasília (único *tête-à-tête*, aliás, do presidente com o chefe do BC). E em 30 de janeiro, no escritório do Ministério da Fazenda em São Paulo. Em uma dessas conversas, os dois concordaram em procurar nomes consensuais para substituir uma dupla de diretores cujos mandatos terminam neste mês, o de Política Monetária, Bruno Serra, e o de Fiscalização, Paulo Sérgio Neves de Souza. A lei da autonomia, ou independência, do BC, de 2021, fixa mandato para os dirigentes. A diretoria de Serra é estratégica em razão da taxa de juro. Não importam, porém, acertos entre Haddad e Campos Neto: cabe ao presidente da República enviar a indicação ao Senado para aprovação.

O mandato do presidente do BC vai até dezembro de 2024 e ele tem dito que não

SUAMY BEYDOUN/AGIF/AFP E VALTER CAMPANATO/ABR

Haddad viu na ata do Copom um certo voto de "confiança" na política econômica

pretende sair antes. Pela lei, poderia ser demitido por incompetência. Foi o que uma certa voz lembrou no Planalto, após o comunicado do Copom de 1º de fevereiro, aquele que Lula tachou de "vergonha". Nos últimos dois anos, justamente na era da autonomia, a inflação estourou o teto da meta. A julgar pelas previsões do "mercado" (de 5,7% de IPCA este ano), será igual em 2023 (teto de 4,75%). É possível que o governo altere a meta deste ano (3,7%) e dos dois vindouros (3%, com teto de 4,5%) em uma reunião do Conselho Monetário Nacional no dia 16. O CMN é formado por Haddad, Tebet e Campos Neto. Seria uma forma de criar condições para o juro cair. Os ministros da Fazenda e do Planejamento conversaram na terça-feira 7 sobre a pauta do conselho. No "mercado", há quem diga que, se for para mudar a meta, que seja logo, e não só em junho, como é costumeiro. É a opinião, entre outras, do economista-chefe do Bradesco, Fernando Honorato.

Vozes do dito mercado saíram em defesa nos últimos dias de Campos Neto. É o caso de Arminio Fraga e Henrique Meirelles, ex-presidentes do BC. A dupla diz, em suma, que as manifestações presidenciais atrapalham o Banco Central e pioram as coisas, pois a autoridade monetária sente-se forçada a pegar ainda mais pesado no juro, a fim de mostrar independência e desfazer estragos causados nas expectativas dos agentes econômicos pelas críticas do governo. Recorde-se: uma das razões para a eleição de Lula foi o aumento no custo de vida e a perda do poder de compra na era Bolsonaro. O salário médio está em 2,7 mil reais, mesmo nível de 2012. Em janeiro de 2019, primeiro ano do capitão, uma cesta básica em São Paulo custava em média meio salário mínimo. Agora, dois terços, conforme o Dieese. Na época da eleição, cerca de 80% das famílias mais pobres estavam endividadas. Contra isso, o governo prepara um programa de rolagem das

Lula reclamou de uma declaração de Mercadante na posse do BNDES. Tebet vai decidir, ao lado de Haddad e Campos Neto, a meta de inflação

O presidente quer o apoio dos empresários, entre eles Gomes da Silva, da Fiesp, na campanha pela redução dos juros

dívidas, o "Desenrola", esforço conjunto de credores, devedores e bancos públicos e privados. Com isso, diz o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Guilherme Mello, os consumidores terão mais poder de compra e poderão voltar a tomar empréstimos. "O programa tem potencial para dinamizar a economia", afirma Mello.

Quem conhece Campos Neto reforça a visão de Fraga e Meirelles: 2023 é ano perdido no PIB e os ataques do presidente ameaçam comprometer 2024 também. A inflação do próximo ano entrou nas análises do Copom em fevereiro e será ainda mais levada em conta na reunião de março. Campos Neto, diz um conhecido, é afável e Lula até poderia gostar dele, se ambos conversassem com calma. O petista tinha boa impressão do economista, considerava-o razoável. Foi o que Haddad disse certa vez, em 2021, a analistas de uma empresa do sistema financeiro. O fato de Campos Neto ter ido votar, em outubro passado, com a camisa da Seleção brasileira, uniforme bolsonarista, deve ter afetado essa percepção. Idem sua presença, até 10 de janeiro, no grupo de WhatsApp "ministros de Bolsonaro". A presença foi descoberta naquele dia pela fotógrafa Gabriela Biló, da *Folha de S. Paulo*, no celular do senador Ciro Nogueira, do PP, ex-chefe da Casa Civil de Bolsonaro e um dos cabeças da campanha à reeleição.

AO CONTRÁRIO DOS ATOS TERRORISTAS DE 8 DE JANEIRO E DO GENOCÍDIO YANOMÂMI, A MÍDIA OPTA POR ALINHAR-SE AO MERCADO CONTRA O PETISTA

Campos Neto e Nogueira tinham intimidade. Em outubro de 2021, o então ministro promoveu um churrasco em casa e o economista esteve presente, de bermudas. Foi o que se viu em uma foto tuitada por Nogueira. Estavam por lá também outros dois então ministros, Fabio Faria e Tarcísio de Freitas, agora governador de São Paulo, cuja posse foi prestigiada pelo presidente do BC. Dias depois do churrasco, veio a público um áudio no qual Campos Neto consultava o banqueiro André Esteves, do BTG, sobre qual seria o juro mínimo aceitável para o Brasil. O áudio era do próprio Esteves, gravado durante uma palestra. À época, a Associação Brasileira de Imprensa requereu ao Supremo Tribunal Federal uma investigação contra o dirigente da instituição pública por uso de informação privilegiada. A Corte pediu a opinião da Procuradoria Geral da República, esta não viu nada demais, assunto encerrado.

Parte da mídia está do lado de Campos Neto na guerra declarada por Lula. Em editoriais recentes, a *Folha* e *O Globo* criticaram o petista. Esse tipo de manifestação, somada à posição de Fraga e Meirelles, indica que aquela união informal de setores da elite e dos meios de comunicação à campanha lulista contra Bolsonaro não terá vida longa, por causa justamente da política econômica. Recorde-se: Fraga e Meirelles declaram voto no petista.

A política monetária de Bolsonaro, Paulo Guedes (antecessor de Haddad) e BC "foi derrotada nas eleições, porque fez o País andar pra trás", tuitou Gleisi Hoffmann, a presidente do PT. "Essa parece a última trincheira do bolsonarismo no poder." Trincheira que, aliás, cometeu um "errinho" de 14 bilhões de dólares na conta sobre o fluxo cambial no Brasil no ano passado. •

GERALDO MAGELA/AG. SENADO, MARCELO CAMARGO/ABR E JOSÉ CRUZ/ABR

VIDA OU MORTE

COMO O GOVERNO PODE CUMPRIR A PROMESSA DE MELHORAR A VIDA DA POPULAÇÃO SEM ENTRAR EM GUERRA COM O BC

por PAULO NOGUEIRA BATISTA JÚNIOR*

Questão de vida ou morte para o governo Lula: mostrar, já em 2023 e 2024, que é capaz de melhorar a vida da população miserável e pobre e de aumentar os salários e o emprego. Por algum tempo, pode-se viver de promessas e discursos. Mas o período de carência não será longo. Logo virão as cobranças e, caso não atendidas, as decepções. Lula certamente sabe disso. E dá mostras de que tem pressa.

É possível fazer diferença no curto prazo? Sim, ainda que exista um obstáculo poderoso, a autonomia ou independência do Banco Central, cujo comando é exercido por um executivo financeiro indicado por Jair Bolsonaro. Os instrumentos para reativar a economia e distribuir renda são conhecidos em suas linhas gerais. Destaco três: aumento do salário mínimo, ampliação do Bolsa Família e correção da tabela do Imposto de Renda, com aumento da faixa de isenção.

Essas providências matam dois coelhos com uma cajadada. Desconcentram a renda nacional e, ao mesmo tempo, estimulam a economia. Ao aumentar a renda disponível dos mais pobres, diminuem a miséria, a fome e a pobreza, melhorando imediatamente a distribuição da renda nacional. Além disso, têm impacto expressivo sobre a atividade econômica e o emprego, uma vez que a propensão marginal a consumir dos mais pobres é elevada, próxima de 1. Admitindo-se que exista capacidade produtiva ociosa na economia, o multiplicador keynesiano associado a elas será alto. Sem jargão e em uma frase: como os pobres gastam toda ou quase toda a renda adicional que recebem, é grande o efeito dinamizador sobre a economia de medidas que aumentem a sua renda.

APESAR DO OBSTÁCULO DA INDEPENDÊNCIA DO BANCO CENTRAL, MEDIDAS GRADUAIS E COORDENADAS TENDEM A SURTIR EFEITO

Como fazer? O salário mínimo deve ser elevado paulatinamente, ano após ano, em termos reais, começando em 2023. O Bolsa Família, que está sendo recuperado agora, inclusive o cadastro único, dos estragos cometidos durante o governo Bolsonaro, deve ser ampliado gradualmente, a partir de 2024. Isso poderia ser feito de várias maneiras: garantindo a inclusão de todos aqueles que têm direito ao benefício, aumentando gradualmente o valor médio em termos reais e ampliando aos poucos o alcance do programa pela elevação da faixa de corte.

O congelamento da tabela progressiva do Imposto de Renda pessoa física, que ficou sem correção por anos, criou distorções sérias. Com a inflação persistente, os salários foram migrando para faixas mais

Esta não é uma reunião para decidir a taxa de juros

toriais de estrangulamento, tenderiam a se manifestar antes do pleno emprego. Essas pressões podem ser neutralizadas, ao menos em parte, recorrendo a importações ou desviando exportações para o mercado interno. A expansão da demanda tende a gerar, portanto, desequilíbrios na balança comercial e no balanço de pagamentos em transações correntes. Se esses desequilíbrios aumentarem para além de certos limites, difíceis de precisar *ex ante*, o resultado pode ser um aumento perigoso da vulnerabilidade externa do País, tanto mais se o BC responder às medidas fiscais expansionistas com aumento da taxa de juro. A apreciação cambial induzida pelos juros aumentará o desequilíbrio externo. E os juros altos elevarão diretamente o custo da dívida pública interna.

altas de tributação, mesmo sem aumentar em termos reais, até caindo em termos reais em alguns casos. Resulta que hoje o Imposto de Renda chega a incidir sobre salários muito baixos: as alíquotas marginais são de 7,5% e 15% para as faixas mais baixas de rendimento, de até 2.827 reais mensais. Cabe então começar a corrigir a tabela, elevando gradualmente a faixa de isenção e as demais faixas de tributação.

Simples? Parece, mas não é. Vamos tentar resumir o contra-argumento de um banqueiro central. Exaltado dirá: "Mas essas medidas terão consequências macroeconômicas terríveis. Aumentarão a inflação, desequilibrarão as contas externas do País e prejudicarão as contas públicas". Se for dado à hipocrisia, ainda acrescentará compungido: "E o pior é que no fim das contas, o povo é que pagará a conta, uma vez que a inflação prejudica sobretudo os mais pobres". E correm as lágrimas de crocodilo.

Bem, pergunte, querido leitor, ao pobre, ao miserável que está na emergência e recebe o aumento do salário mínimo e ganha com a ampliação do Bolsa Família ou passa a pagar menos Imposto de Renda, pergunte por favor se ele perde o sono com o hipotético aumento da inflação e do imposto inflacionário que sobre ele incidirá. As lágrimas de crocodilo do banqueiro central não o comoverão.

Mas não quero fazer uma caricatura simplória do nosso respeitável BC. As preocupações ortodoxas não são inteiramente irrelevantes e merecem atenção. Não há dúvida de que as medidas acima referidas afetam as contas públicas primárias, por aumento de despesa ou perda de arrecadação. Não se deve perder de vista, porém, que as três providências se autofinanciam ao menos em parte, ao gerar expansão do PIB e do emprego, isto é, da base de arrecadação dos tributos, e reduzir certas despesas, como o seguro-desemprego. Nada impede, também, que o impacto fiscal seja parcial ou totalmente neutralizado por tributação dos super-ricos. Seria a reforma tributária Robin Hood, temida pelo empresário Abílio Diniz.

Haveria risco de excesso de demanda? Ponto óbvio que não pode ser esquecido: se não existir capacidade ociosa (desemprego da força de trabalho e das instalações produtivas) ou se ela for ocupada rapidamente, haverá, sim, excesso de demanda e pressão inflacionária. E, pior, as pressões inflacionárias, via pontos se-

O que fazer para mitigar esses riscos? Duas coisas, ao menos. Primeira: fazer tudo passo a passo, testando a temperatura da água. Aumento gradual do mínimo, expansão em etapas do Bolsa Família e correção em etapas da tabela do Imposto de Renda. Segunda: acompanhar com o máximo de cuidado, semanalmente se possível, todo um amplo conjunto de indicadores, inclusive antecedentes, sobre a conjuntura econômica interna e externa. O BC e a Fazenda já fazem esse acompanhamento. Convém aperfeiçoá-lo e, ponto importante, discutir em conjunto as avaliações dos dois órgãos, confrontando informações e coordenando as ações do BC e da Fazenda.

E não me venham, por favor, com essa conversa de BC autônomo ou independente. Em todos os países que se prezam, o BC coordena suas ações com as do Tesouro. Banqueiros centrais que não entendem isso são gentilmente convidados, cedo ou tarde, a pedir as contas. •

**Economista, foi vice-presidente do Novo Banco de Desenvolvimento, estabelecido pelos BRICS em Xangai, de 2015 a 2017, e diretor-executivo no FMI pelo Brasil e mais dez países em Washington, de 2007 a 2015.*

RENATO LUIZ FERREIRA

LULA E A META DE INFLAÇÃO

A INDEPENDÊNCIA NÃO SIGNIFICA QUE OS BCs NÃO PRESTEM CONTAS AOS POLÍTICOS E À OPINIÃO PÚBLICA

por LUIZ GONZAGA BELLUZZO

Os humores dos mercados e de seus acólitos midiáticos azedaram. A gota de amargura foi derramada pelas críticas de Lula ao presidente do Banco Central do Brasil, Roberto Campos Neto.

Confesso ao eventual leitor dessas mal traçadas linhas que hesitei ao formular a frase acima. Na primeira versão, escrevi "críticas do presidente Lula a Roberto Campos Neto". Senti um repelão nas costas. Um ente misterioso manifestou seu desagrado. Em sobressalto, minha filha Luísa advertiu: "Pai, você desagradou ao Espírito do Mercado".

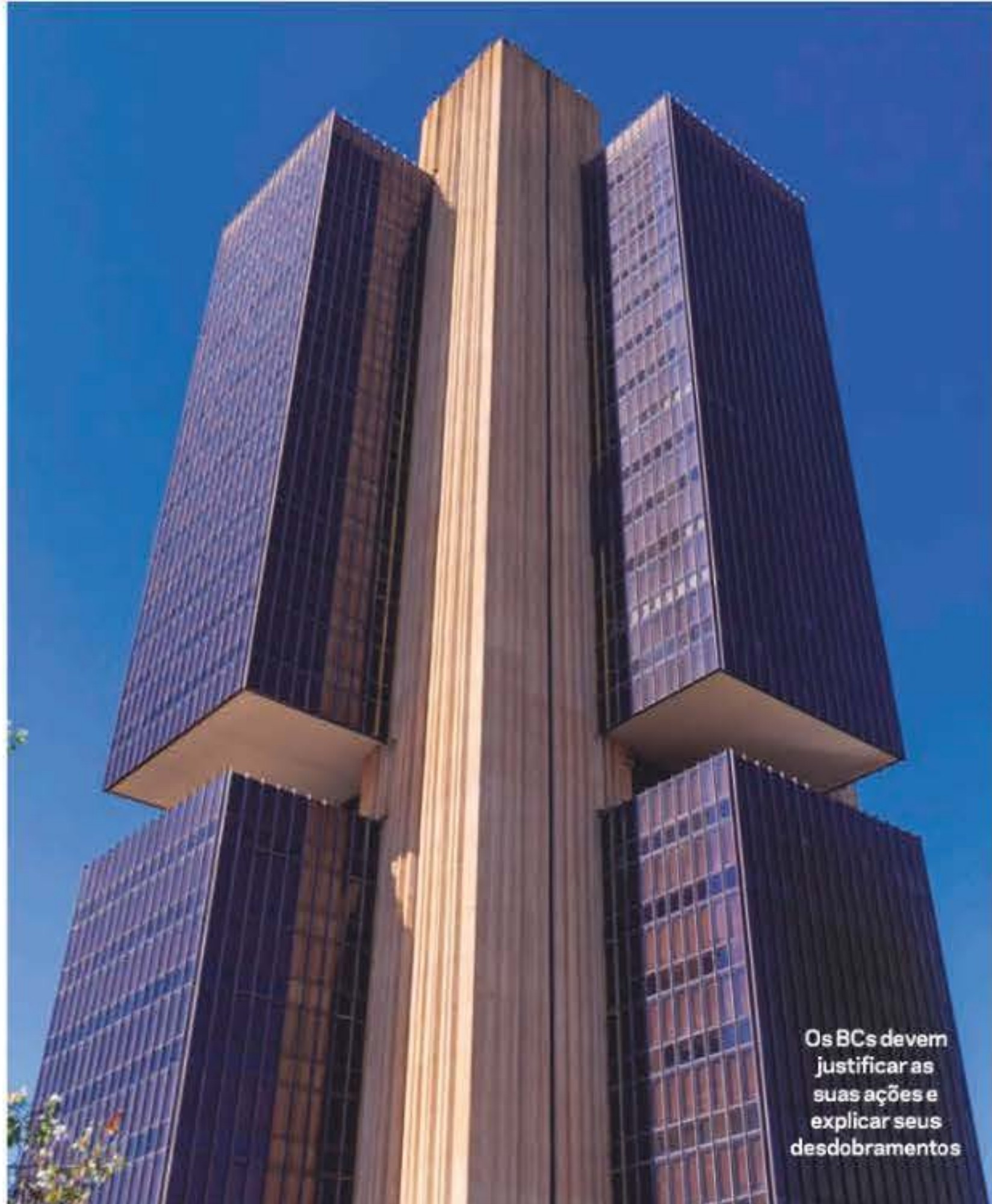
Diante dos poderes do Espírito, cuidei de atender à advertência da minha filha: transportei a palavra "presidente" que qualificava nosso Lula para a dianteira do nome de Roberto Campos Neto. Assim, respeitei os ritos, critérios e protocolos da Autonomia do Banco Central. O catecismo do Espírito ordena o seguinte: "O presidente do Banco Central é eleito por seus pares do Mercado e indica o presidente da República de sua livre escolha".

O regime de metas de inflação, filho dileto da independência dos Bancos Centrais, tem o propósito de definir a regra ótima de reação do Banco Central. Trata-se da regra que, ao longo do tempo, fortalece a confiança dos mercados no manejo da taxa de juros de curto prazo entregue à responsabilidade dos BCs. Ao "ancorar" expectativas (*sempre racionais*) dos formadores de preços e dos detentores de riqueza, os Bancos Centrais tornariam mais suave o processo de manutenção da estabilidade do nível geral de preços, reduzindo a amplitude das flutuações da renda e do emprego.

ESPECIALISTAS RECONHECEM O FRACASSO DOS BANCOS CENTRAIS EM ADMINISTRAR OS RISCOS DO SISTEMA

O Committee on International Economic and Policy Reform, um grupo de especialistas independentes, publicou em setembro de 2011 o relatório *Repensando os Bancos Centrais* (*Rethinking Central Banking*). O comitê é formado por economistas acadêmicos, ex-presidentes de Bancos Centrais e ex-ministros das Finanças. Entre eles estão Barry Eichengreen, Mohamed El-Erian, Arminio Fraga, Carmen Reinhart, Kenneth Rogoff, Raghuram Rajan e Dani Rodrik.

Na contramão do ramerrame palpiteiro midiático que assola o debate brasileiro, o relatório faz uma avaliação sem rebuços nem preconceitos do desempenho dos Bancos Centrais no período pré-crise de 2008 e aponta para mudanças no escopo das políticas nos próximos anos. Entram na dança a independência dos Bancos Centrais e seus bravos escudeiros, as políticas de metas de inflação e a adoção das taxas de câmbio flexíveis.

O relatório reconhece que assiste razão aos críticos quando denunciam o fracasso dos Bancos Centrais em administrar de forma adequada os riscos do sistema financeiro. Isso deve ser debitado em boa

Os BCs devem justificar as suas ações e explicar seus desdobramentos

medida ao foco estreito na política de metas e ao descuido com as medidas prudenciais, hoje invocadas por gregos e troianos.

Além disso, a visão convencional assume a inexistência ou a irrelevância dos efeitos internacionais negativos das políticas monetárias expansionistas executadas por países de moedas conversíveis, fenômeno observável a olho nu em um mundo aberto ao movimento de capitais.

Na visão do comitê, a dupla meta de inflação-taxas de câmbio flutuantes não possui credenciais para cuidar dos efeitos perversos da volatilidade dos fluxos internacionais de capital.

O economista-chefe do Citigroup, Willem Buiter, aponta as dificuldades de se executar a política de metas e, ao mesmo tempo, controlar o crescimento da dívida pública. Constata o óbvio: "A elevação da taxa de juros real causa o crescimento da dívida por duas razões. Primeiro, faz saltar o custo real do serviço da dívida. Segundo, ao reduzir a demanda de bens, serviços e de trabalhadores, a elevação do juro real provoca uma queda da receita fiscal e impede a obtenção do superávit primário".

Aqui vou recorrer às observações do livro *Le Banque Providence*, de Eric Monnet. Ex-funcionário do Banque de France e respeitado economista em assuntos de moeda e crédito, Monnet envereda com suas conjecturas nos ardilosos e perigosos territórios da independência dos Bancos Centrais.

"O Banco Central deve ser integrado nos debates em instituições democráticas, e não como um gestor puramente técnico que lida com assuntos isolados do resto da política econômica e social. Não se trata de pôr em causa a independência dos Bancos Centrais, ou seja, o princípio de que tomam as suas decisões sem pressão do governo e do Parlamento. As autoridades administrativas independentes são uma parte legítima das nossas democracias. Além disso, a história dos Bancos Centrais mostra como a independência sempre foi, em graus variados, uma de suas características. A sua própria existência se justifica pelo fato de a moeda ser considerada gerida de forma mais eficiente por uma instituição autônoma do Ministério das Finanças. No entanto, as contrapartes da independência (responsabilização, transparência e reflexividade) devem ser reforçadas e mais bem adaptadas às atuais ações dos Bancos Centrais. Independência não significa falta de consulta e coordenação com outras políticas: é o que foi esquecido durante demasiado tempo. Assumir o papel protetor do Banco Central e redefinir sua independência é ainda mais necessário porque – como outras administrações públicas desde a virada liberal da década de 1980 – a política do Banco Central foi desviada dos princípios do Estado de Bem-Estar Social, com consequências adversas para a economia, a estabilidade financeira e a desigualdade."

O economista Barry Eichengreen escreveu no site Project Syndicate que os Bancos Centrais gozam de independência operacional para exercer um mandato específico, porque existe um consenso de que os objetivos devem ser retirados das mãos dos funcionários eleitos. "Mas a independência não significa que os banqueiros centrais não prestem contas aos políticos e à opinião pública. Devem justificar as suas ações e explicar de que forma suas decisões políticas promovem os objetivos mandatados. O seu sucesso ou insucesso pode ser julgado pelo fato de o Banco Central atingir ou não os seus objetivos verificáveis de forma independente."

Nos escritos dos economistas, a independência "técnica" dos Bancos Centrais está sempre ameaçada pelas traquinagens da "política". Entre trombadas sociais e reconciliações provisórias, esse conflito, desde os primórdios do capitalismo, foi sempre apaziguado nos regaços gentis da sabedoria política, ou seja, nas instâncias da construção institucional. •

Amazônia em transe

VIOLÊNCIA Além do povo Yanomâmi, outras seis etnias estão ameaçadas pelo garimpo e demais atividades ilícitas

POR FABÍOLA MENDONÇA

"Não trocamos ouro pela vida de nossos filhos e nossos netos. O garimpo destrói nossa cultura, nossas florestas, envenena nossos rios, cria conflitos com nossos parentes e acaba com os nossos locais sagrados", afirmam, em carta datada de 2021, as lideranças dos povos Ye'Kwana, Yanomâmi, Xikrin, Kayapó e Munduruku, que habitam algumas das terras indígenas mencionadas por Luís Roberto Barroso, ministro do Supremo Tribunal Federal, no despacho em que ele determina ao governo federal a expulsão dos garimpeiros ilegais que invadiram sete áreas demarcadas. Se o apelo dos indígenas tivesse sido respeitado, talvez o mundo não estaria assistindo estarrecido à tragédia humanitária que se abateu sobre os Yanomâmis.

As etnias Ye'Kwana e Yanomâmi dividem o mesmo território, em Roraima, e se unem aos Kayapós e Mundurukus, no Pará, numa luta antiga contra o avanço da mineração clandestina. O segundo estado, por sinal, abriga a maior concentração de garimpos ilegais em terras indígenas do País, até mais que na TI Yanomâmi. Segundo o MapBiomas, em 2021, a TI Kayapó tinha 11.542 hectares de área degradada pela atividade, seguida pela Munduruku, com 4.743 hectares de destruição. "Vemos a consequência disso na nossa saúde, na nossa cultura, na floresta. O garimpo interfere diretamente em nossa sobrevivência. É triste observar o que que está acontecendo", lamenta Maial Paiakan, filha de Paulinho Paiakan, um dos grandes líderes da etnia Kayapó, que morreu em 2020 vítima da Covid-19.

As TIs Kayapó, Munduruku e Yanomâmi abrigam o maior número de garimpeiros ilegais e têm sido palco das maiores atrocidades contra a população indígena. A tragédia humanitária dos Yanomâmis, que escandalizou o mundo com imagens de crianças, adultos e idosos morrendo por desnutrição severa e doenças tratáveis, como a malária, pode repetir-se nas outras duas áreas demarcadas, caso a decisão de Barroso não seja cumprida. Na TI Trincheira Bacajá, também no Pará, onde vivem os Xikrins, o maior problema não é o garimpo, e sim o estrago provocado pela ação de ruralistas. Posseiros e grileiros adentram o território para extrair madeira ilegalmente. Os Xikrins também padecem com grandes obras de infraestrutura, como a hidrelétrica de Belo Monte e a abertura de estradas. Para fazer a usina, o Rio Bacajá, que deságua no Xingu, teve seu fluxo abalado, impedindo a navegação e matando os peixes que abasteciam os indígenas. A Trincheira Bacajá é apontada como uma das TIs mais desmatadas do Brasil.

> **Enquanto o governo Lula aperta o cerco, os criminosos da floresta buscam se vingar dos indígenas**

Na ação do STF também figuram os territórios Karipuna e Uru-Eu-Wau-Wau, em Rondônia, e Arariboia, no Maranhão, todos no interior da Amazônia Legal e abalados por sangrentos conflitos fundiários, decorrentes da ação ilegal de inva-

TAMBÉM NESTA SEÇÃO →

pág. 26
Entrevista. A governabilidade deve ser assegurada nas ruas, defende a deputada Erundina

sores brancos. A decisão de Barroso, assinada em 30 de janeiro, é uma resposta à Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental de autoria da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, conhecida pela sigla Apib, em parceria com as bancadas do PSB, Rede, PSOL, PT, PDT e PCdoB. A ação remonta a 2020, fase mais aguda da pandemia de Covid-19, e cobra a proteção do Estado aos povos indígenas contra o Coronavírus e ao "sagrado direito de existir e de não ser exterminado". Como parte do processo, a Apib enumera estes sete territórios, todos com grande quantidade de povos isolados e de contato recente, sob permanente ameaça de violência praticada pelos criminosos da floresta.

À época, o STF determinou que a União tomasse medidas para conter e isolar os invasores, o que não aconteceu. Ao contrário, durante a pandemia, o desmatamento das TIs, em vez de diminuir, aumentou com a escalada das invasões. "Em dado momento, Barroso obrigou a União a assegurar a vida, a segurança e a saúde dos indígenas da Terra Munduruku, uma das TIs mais ameaçadas pela atuação de criminosos", comenta Juliana De Paula Batista, assessora jurídica do Instituto Socioambiental (ISA). Em resposta à Suprema Corte, o governo Bolsonaro maquiava alguma proteção aos indígenas, ao mesmo tempo que fazia vista grossa para a atuação dos invasores.

Invasões. Os Xikrins também padecem com obras de infraestrutura, a exemplo da Usina de Belo Monte. Barroso, do STF, ordenou a desintrusão de sete territórios

ROMÉRIO CUNHA/VPR E CARLOS ALVES MOURA/STF

As ações do novo governo para expulsar os garimpeiros da TI Yanomâmi e a recente decisão do ministro do STF para ampliar a desintrusão para os outros seis territórios têm deixado a comunidade indígena apreensiva, com medo de retaliações das máfias que atuam na Amazônia. No domingo 5, três indígenas foram assassinados e os corpos encontrados dentro de uma das aldeias Yanomâmis. Suspeita-se do envolvimento de garimpeiros na chaci-

na. O Ministério da Justiça deu um prazo de duas semanas para os invasores deixarem a TI e alguns começaram a fugir pelos rios. O ministro da Justiça, Flávio Dino, negou ajuda aos criminosos para a remoção do maquinário de mineração. Eles podem deixar o local de forma pacífica, mas isso não significa que serão anistiados pelos crimes, tratou de esclarecer.

> “Existe uma complexa teia de relações de um capitalismo de morte”, denuncia o geógrafo Bruno Malheiros

Segundo Dino, as investigações prosseguem e todos serão responsabilizados. “O foco prioritário são os financiadores, os donos dos garimpos. Claro que temos os executores de crimes ambientais. Esses estão sendo identificados por imagens e também serão alvo do inquérito policial”, assegurou. Mais de 500 servidores estão envolvidos na tarefa de retirada dos garimpeiros da TI Yanomâmi, entre policiais federais, militares das Forças Armadas e homens da Força Nacional. “Vivemos um período de transição e esses momentos costumam ser muito violentos no Brasil, sempre foram. Os criminosos vão tentar se vingar de quem puderem. É uma reação à ação do governo. Antes, eles tinham uma impunidade garantida por Bolsonaro”, analisa o antropólogo Felipe Milanez, professor da Universidade Federal do Recôncavo Baiano e estudioso das questões indígenas.

A onda de violência contra os indígenas, acrescenta o pesquisador, intensificou-se nos últimos quatro anos, mas ganhou força ainda maior em 2022, ano eleitoral, sobretudo após a confirmação da derrota de Bolsonaro. “Mesmo sem essa ação de Lula agora, existia um clima muito tenso desde o ano passado. Houve várias ameaças de morte e tentativas de assassinatos em outubro, novembro e dezembro. O próprio assassinato de Bruno Pereira e Dom Philips foi nesse clima. O raciocínio desses criminosos vai nessa linha, de tentar se livrar dos inimigos antes que não seja mais possível.”

Professor da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), o geógrafo Bruno Malheiros conhece bem a atuação dos garimpeiros nas TIs do estado. Ele lembra que a mineração ilegal sempre esteve presente na região, mas nunca de forma isolada, e acrescenta que a atividade, historicamente, antecipa as frentes econômicas na Amazônia. “O garimpo inaugura, de certa maneira, a abertura de algumas estradas e a expansão da pecuária. Existe uma complexa teia de relações de um capitalismo de morte, a reunir diversas atividades ilegais, como grilagem de terras, extração de madeira e pesca ilegal. É preciso entender a genealogia dessas atividades, que funcionam matando gente ou a natureza”, denuncia.

Um dos casos de grande repercussão da violenta ação de garimpeiros no Pará aconteceu em 2021, durante o governo Bolso-

Impacto. O garimpo costuma inaugurar os primeiros vetores de desmatamento nas áreas demarcadas para os indígenas

naro, quando a casa da líder indígena e coordenadora da associação Wakoborũn, Maria Leusa Munduruku, foi incendiada. O ataque foi em resposta a uma operação da Polícia Federal e da Força Nacional para combater a prática clandestina.

Em Rondônia, na TI Uru-Eu-Wau-Wau, os indígenas, muitos deles isolados, vivem em constante conflito com posseiros e pecuaristas. Em geral, os criminosos tentam cooptar alguns indígenas, trazendo-os para o seu lado, e se instalam em áreas na fronteira das TIs para facilitar a atividade ilegal que pretendem instalar no local. Nesse contato, apresentam aos povos originários as mazelas ilícitas presentes nas cidades. "O tráfico de madeira funciona muito parecido com o garimpo. Aí você vê o uso de drogas por parte dos indígenas, prostituição, tudo isso que vem com os invasores", destaca Pietra Perez, doutoranda do curso de Geografia Humana da Durham University, na Inglaterra, e estudiosa da situação indígena no sul do Pará.

Os indígenas da TI Karipuna são vítimas de violência desde o ciclo da borracha, no início do século XX, com a inauguração das primeiras ferrovias da região. Atualmente, esse povo luta contra posseiros, madeireiros, caçadores e pescadores ilegais. "Algumas TIs enfrentam ainda o narcotráfico. Muitos dos invasores usam o território para cultivar drogas. E a presença desses invasores não é pacífica. Nunca foi", salienta Gilderlan Rodrigues, do Conselho Indigenista Missionário (Cimi).

O medo é uma marca registrada da TI Arariboia, no Maranhão. Só em janeiro deste ano foram três assassinatos e duas tentativas de homicídio. O último, em 31 de janeiro, teve como vítima um motorista da Secretaria Especial de Saúde Indígena, Raimundo Ribeiro. Casado com a líder indígena Marta Guajajara, Ribeiro foi morto em serviço, quando dirigia uma caminhonete da própria Sesai e foi abordado por dois homens em uma motocicleta que atiraram nele. Amigos e familiares da vítima estão assustados e preferem não comentar sobre o crime, atribuído à ação de madeireiros.

FELIPE WERNECK/IBAMA

NA MIRA DOS GARIMPEIROS

Terras Indígenas ameaçadas pela mineração ilegal e outras atividades ilícitas

Dias antes do assassinato de Ribeiro, foi registrada a morte de José Inácio Guajajara e de Valdemar Marciano Guajajara. Valdemar, inclusive, fazia parte do grupo de Guardiões da Floresta, responsável por monitorar e denunciar invasões no território. A ministra dos Povos Indígenas, Sônia Guajajara, reuniu-se com o governador do Maranhão, Carlos Brandão, para definir um plano para conter a violência na região e apurar os crimes. "Além do garimpo, da derrubada de madeira e da floresta, temos denúncias de violência física, cultural e sexual, e de arrendamento ilegal de terras indígenas, que flexibiliza o usufruto exclusivo fixado no texto constitucional. Já denunciamos em ambientes internacionais, na Sexta Câmara, no próprio Judiciário brasileiro, temos demandas levadas à Defensoria Pública, aos órgãos de governo", enumera Rafael Modesto, advogado do Cimi. "Com o novo governo, esperamos que esses problemas sejam sanados." •

O apoio está nas ruas

ENTREVISTA Lula erra ao construir a governabilidade pelo alto, sem mobilizar o povo, alerta a deputada Luiza Erundina

A RODRIGO MARTINS

A sétima de dez filhos do artesão de selas e arreios de couro Antônio Evangelista de Sousa e de Enedina de Sousa Carvalho, Luiza Erundina começou a trabalhar ainda na infância, vendendo bolos feitos pela mãe em Uiraúna, no Sertão da Paraíba. Graduada em Serviço Social pela UFPB e militante das Ligas Camponesas, migrou para São Paulo em 1971, unindo-se ao movimento de resistência à ditadura. Em 1980, participou da fundação do PT, dando início a uma longa trajetória política. Pelo partido, elegeu-se vereadora, deputada constituinte e prefeita da capital paulista, primeira mulher a governar a cidade mais rica da América Latina.

Aos 88 anos, Erundina cumpre o sexto mandato como deputada federal. Filiada ao PSOL, participou ativamente da campanha pela eleição de Lula, mas se declara preocupada com o futuro da nova gestão. Teme que o antigo parceiro de lutas insista em construir a governabilidade apenas por meio de negociações – e "concessões inaceitáveis" – com o Legislativo, sem mobilizar o povo para defender o programa que o elegeu nas ruas. "Foi vexaminoso ver Arthur Lira reeleito presidente da Câmara com recorde de votos e apoio do Executivo. Ouso dizer que ele prejudicou mais o País que o próprio Bolsonaro", lamenta, ao comentar a insólita aliança com o parlamentar que arquivou mais de cem pedidos de *impeachment* contra o ex-capitão. Confira, a seguir, os principais trechos da entrevista concedida a *CartaCapital*, na qual alerta Lula sobre os erros cometidos pelo PT no passado, analisa a emergência da extrema-direita no vácuo deixado pelas esquerdas nas periferias e aponta as carências de nossa "democracia manca".

O pesadelo Bolsonaro

Foi um período de medo, insegurança e autoritarismo. Muitos não se sentiam confortáveis nem sequer para discutir política em ambientes públicos. Na pandemia, muita gente adoeceu. Havia um sentimento de infelicidade, o temor de perder o emprego, de não conseguir levar comida à mesa. O Brasil é o terceiro maior produtor de alimentos do mundo, mas chegou a 33 milhões de famintos. As desigualdades se agravaram, com o crescimento vertiginoso da população em situação de rua. Sem falar do obscurantismo do governo no trato de questões como educação, cultura e ciência. Todas as reformas realizadas foram na direção de destruir direitos conquistados a duras penas pelos trabalhadores. Definitivamente, não foi um período de normalidade.

> "Foi vexaminoso ver Arthur Lira reeleito presidente da Câmara com recorde de votos e apoio do Executivo"

Governar com o povo

A eleição de Lula representou um alívio, pelo fim do pesadelo Bolsonaro, mas também esperança de mudanças mais profundas. Só que o novo governo é de reconstrução, fruto de uma aliança política muito ampla. A governabilidade está sendo construída em torno de um amplo conjunto de forças, que vai de A a Z, e meu maior receio é que muito do projeto original se perca para contemplar tantos interesses, como ocorreu em gestões anteriores do PT. No passado, a correlação desfavorável de forças no Congresso fez com que Lula e Dilma Rousseff deixassem de lado reformas estruturais, como a criação de um sistema tributário capaz de redistribuir renda. Agora, antes mesmo de assumir o cargo, o presidente precisou fazer concessões ao Centrão para aprovar a Emenda da Transição e viabilizar o pagamento de 600 reais aos beneficiários do Bolsa Família. Espero que, desta vez, ele busque governar sem abrir mão daquilo que é essencial em seu programa. Para não ter de fazer concessões inaceitáveis, precisa contar com apoio popular. Deve submeter as decisões estratégicas mais importantes ao crivo da sociedade civil organizada, estimular a mobilização popular.

Aliado inconfiável

Foi vexaminoso ver Arthur Lira reeleito presidente da Câmara com recorde

de votos e apoio do Executivo. Ouso dizer que ele prejudicou mais o País do que o próprio Bolsonaro. Todas as pautas do governo anterior ou de interesse dele próprio eram impostas sem consulta ao colégio de líderes. No curso de uma votação importante, ele não hesitava em alterar o entendimento do regimento interno da Casa, de forma a favorecer os seus apaniguados. Com o controle do "orçamento secreto", Lira praticamente governou como uma espécie de primeiro-ministro informal, e deu enorme contribuição para os graves desequilíbrios econômicos e sociais vistos nos últimos anos. A Câmara recebeu mais de cem requerimentos de *impeachment*, para apurar os crimes cometidos por Bolsonaro. Lira engavetou todos. É um déspota, não tem escrúpulo algum. Lula deixou uma raposa cuidando do galinheiro.

REDES SOCIAIS E SERGIO LIMA/AFP

Mal menor? "Ouso dizer que Lira prejudicou mais o País que o próprio Bolsonaro", avalia a parlamentar do PSOL, que participou da fundação do PT ao lado de Lula

Vácuo. Os evangélicos ocuparam o espaço deixado pelas esquerdas, mas com proposta política radicalmente distinta

A remissão de Salles

É inadmissível ver a movimentação de algumas lideranças para que Ricardo Salles assuma a presidência da Comissão de Meio Ambiente da Câmara. Quando ministro, ele aparelhou os órgãos de fiscalização e adotou uma série de iniciativas para afrouxar a legislação ambiental. Tornou-se alvo de uma investigação da Polícia Federal por facilitação ao contrabando de madeira extraída ilegalmente da Amazônia. Então ele se elege parlamentar e é promovido a uma condição privilegiada na área em que cometeu crimes? Veja o desastre causado pela mineração em Terras Indígenas, que Salles tanto defendia. O Brasil começa o ano no noticiário internacional como promotor de um crime de lesa-humanidade, com centenas de crianças do povo Yanomâmi morrendo por desnutrição e doenças tratáveis.

Pautas inegociáveis

No governo, o PT não pode abrir mão de repor as perdas no salário mínimo, de aumentar o quadro e melhorar as condições de trabalho dos servidores públicos, de recompor os orçamentos da saúde, da educação, da assistência social, da ciência e tecnologia. Ou seja, precisa recuperar o papel do Estado como formulador de políticas públicas, capaz de trazer o mínimo de dignidade para a população brasileira. Deve perseguir esses objetivos ao mesmo tempo que estimula o crescimento da economia e a geração de empregos de qualidade. Outro ponto central é reforçar os mecanismos de participação popular, por meio dos conselhos, das audiências públicas, do orçamento participativo. Tudo isso foi extinto nos últimos anos.

Banco Central independente

Os juros altos são realmente um entrave ao desenvolvimento, mas é forçoso reconhecer que eles estiveram nas alturas em outros períodos, quando o BC ainda era subordinado ao governo. De uns bons anos para cá, banqueiros e financistas se revezam no posto, em flagrante conflito de interesses. Eles ditam a política monetária do País e, depois de curto período de quarentena, retornam aos bancos para os quais trabalhavam antes. Isso é

inadmissível, pois as instituições financeiras são diretamente interessadas nas decisões do BC. O próprio Lula cometeu o desatino de trazer Henrique Meirelles do BankBoston para assumir a presidência do Banco Central. Logo depois, ele voltou a operar no mercado financeiro. Como é que pode um negócio desses?

O retorno à base

Nas gestões petistas, muitos sindicalistas e lideranças de movimentos sociais foram cooptados pelo governo, trocaram a base pelos gabinetes em Brasília. Esse é um descuido recorrente das esquerdas, que prega a democracia, defende o protagonismo político do cidadão, mas não zela pela relação com a sociedade civil e com os eleitores em geral ao chegar ao poder. Em certa medida, a emergência da extrema-direita deve-se a essa falta de empenho na politização dos trabalhadores, dos moradores periféricos, como se fez logo após o fim da ditadura. As igrejas evangélicas ocuparam esse espaço. Elas sempre existiram nas periferias, só que numa proposta singela, no nível do indivíduo ou da família. As ações assistencialistas promovidas por elas não emancipavam a população, mas traziam algum alívio. De alguns anos para cá, o cenário mudou. Várias denominações assumiram a feição de um movimento reacionário, com claro projeto de poder. Essas igrejas passaram a eleger parlamentares, depois prefeitos, e a coisa foi crescendo, atingindo as massas. Não há como resistir a isso sem o retorno ao trabalho de base.

Extremistas fora do armário

Fiquei assombrada com a guinada reacionária da população paulista. Após a desastrosa gestão do tucano João Doria, havia grande expectativa de que a esquerda finalmente conquistaria o governo estadual. Vimos, porém, a eleição de Tarcísio de Freitas, assumidamente bolsonarista. Apareceu uma direita radical que nunca vi tão açodada em toda a minha vida. Antes, não havia a defesa de posições tão extremistas ou ao menos ela não se pronunciava tanto, a turma parecia ter vergonha de assumir certas posições publicamente. Agora, não. Esse pessoal tem orgulho. Fui do período de resistência à ditadura e, depois, da construção do poder popular na periferia da cidade de São Paulo. Naquela época, a população acordou para a necessidade de defender os seus direitos, se organizou e lutou por eles. As conquistas sociais se deram à custa de muita luta, muito suor. Os governos Lula e Dilma tiveram os seus desacertos, até pela correlação de forças desfavorável no Congresso, mas houve alguma evolução social. É difícil entender como ocorreram tantos retrocessos em tão pouco tempo.

> “Nas periferias, várias igrejas assumiram a feição de um movimento reacionário, com projeto de poder”

Democracia manca

Em uma sociedade tão desigual como a nossa, sem a garantia de direitos, sem acesso a serviços essenciais como saúde e educação, a democracia é inviável. Nem mesmo o direito à vida tem sido respeitado no Brasil, como vimos, agora, com o extermínio do povo Yanomâmi. Nos países com democracia madura, é comum o povo ser chamado para opinar sobre políticas públicas ou decisões que impactam a vida da maioria. Aqui, não. Os referendos e plebiscitos são raríssimos. Esses mecanismos estão previstos na Constituição, mas os governantes os ignoram. É uma democracia manca. Só temos a dimensão da democracia representativa, em um quadro partidário distorcido. Temos mais de 30 legendas e inventaram essa história de federação, que une alhos com bugalhos e compromete a identidade ideológica. Ao cabo, temos siglas, e não partidos. Perdoe-me a franqueza, mas tenho certa impaciência com a demora das mudanças no País. Mas, como Paulo Freire dizia, devemos nutrir uma “esperança histórica”. Estamos habituados a medir o tempo por anos de vida, mas a história envolve processos que levam décadas, séculos, às vezes milênios. Provavelmente, eu não verei o Brasil democrático dos meus sonhos e pelo qual tanto lutei. Quem sabe as próximas gerações tenham essa oportunidade. •

BC. “Lula cometeu o desatino de trazer Meirelles do BankBoston”

ARQUIVO/ABR E MAURO PIMENTEL/AFP

PEDRO SERRANO

Sem rodeios

▸ O *impeachment* de Dilma Rousseff deve ser chamado pelo nome: golpe

Recentemente, em suas páginas oficiais, o governo Lula passou a se referir à destituição de Dilma Rousseff como golpe. Imediatamente criou-se um rebuliço. Vamos aos fatos. Em um processo conduzido a toque de caixa, o Congresso Nacional decidiu, entre dezembro de 2015 e agosto de 2016, que mais de 54,5 milhões de votos perderam valor e estavam prontos para ser anulados depois da condenação da então presidente da República. Dilma foi responsabilizada por um suposto crime contábil envolvendo créditos suplementares para reorganização pontual do Orçamento.

A destituição de um presidente é mecanismo previsto pelas constituições mais avançadas do mundo, inclusive a brasileira. Isso não significa, porém, que esteja totalmente protegido de interesses particulares e que não possa ser usado para tentar desestruturar processos democráticos legítimos, como o ocorrido nas eleições brasileiras de 2014. Golpes de Estado típicos, à base do uso de armamentos e do derramamento de sangue, tornam-se cada vez mais improváveis. Pode-se dizer que o que ocorreu neste início de ano no Brasil, após a eleição de Lula, com as ocupações de estradas e as invasões às casas do Executivo, Legislativo e Judiciário, foi uma tentativa, mas uma tentativa bem "fora de moda".

Não é porque os canhões estão silenciosos que os golpes não ocorrem. Eles apenas estão longe de se limitarem a um passado belicoso. Hoje se perfazem sob um novo *modus operandi*. A articulação de um *coup d'État* no mundo contemporâneo depende mais das habilidades de persuasão das massas e do domínio da narrativa do que do conflito físico, e pode acontecer com as forças golpistas atuando por dentro de instituições da democracia.

Em agosto de 2016, Dilma foi tirada do poder depois de ser submetida a um processo de *impeachment* concluído nas duas casas legislativas (Senado e Câmara) e com a posterior chancela do Judiciário, como reza o rito. Isso não significa, porém, que o processo tenha sido legal. Em artigo para o *The New York Review* intitulado "A Kind of Coup" ("Um Tipo de Golpe", em tradução livre), o jurista conservador Ronald Dworkin chamou de "golpes" processos de *impeachment* inconstitucionais que não comprovam emergência e gravidade para a sua aplicação. Valendo-se de uma boa metáfora, o maior pensador contemporâneo do direito anglo-saxão compara o uso do *impeachment* ao de uma bomba atômica, a fim de explicar a excepcionalidade que deve ensejá-lo.

No Brasil, a conclusão do processo de *impeachment* foi sucedida por alguns atos de "sincericídio" dos adversários da então presidente, que deixaram às claras as intenções por trás do discurso legalista. O senador Acir Gurgacz chegou a mencionar, depois de concluído o golpe, que a falta de governabilidade de Dilma foi o real motivo do impedimento, e reconheceu que ela não havia cometido crime. Em 2019, durante aparição no *Roda Viva*, da TV Cultura, o próprio sucessor de Dilma e beneficiário direto do processo, Michel Temer, chamou o ato de "golpe".

A razão para o afastamento de Dilma, portanto, teria sido mesmo política. A recorrente justificativa da falta de governabilidade alegada para a sua destituição é um acinte, pois, no regime presidencialista, o mandato não pode ser interrompido simplesmente porque o Parlamento rompeu relações com o Executivo. E mais: ainda que a Justiça entenda que houve crime de responsabilidade, o Legislativo pode deixar de aplicar a sanção de *impeachment*, mas o contrário não é possível. As casas legislativas não podem condenar sem que haja a comprovação do crime doloso.

Se a política não pode servir de pretexto à subtração do mandato de Dilma, tampouco a dimensão jurídica é capaz de dar um caráter legal ao processo. A Constituição de 1988, no seu artigo 85, não indica como razão jurídica para o *impeachment* a mera ilegalidade ou inconstitucionalidade de atos. Para justificar o processo, é preciso "atentar contra" a Constituição, segundo texto da lei. Ou seja, uma conduta extremamente grave e dolosa.

As alegadas irregularidades contábeis usadas contra Dilma estão muito distantes disso e não fundamentam, à luz da Constituição, o afastamento de um presidente da República. Só pode haver *impeachment* se a conduta possuir a gravidade que a Constituição determina.

Mesmo diante da inexistência de crime de responsabilidade, seja na dimensão vinculada ou jurídica, o Congresso Nacional decidiu, em votações que se assemelharam a pastelões de gosto discutível, aplicar a sanção de *impeachment* com a complacência do Poder Judiciário, desmantelando um governo eleito com 51,6% dos votos. Por tudo isso, não há outro nome para classificar a destituição de Dilma em 2016 que não seja golpe de Estado. •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

JOSÉ SÓCRATES

A direita que nunca decepciona

▶ A primeira e mais urgente tarefa desse campo político é ver-se livre de Bolsonaro

Finalmente, uma publicação com graça. Referindo-se ao extraordinário episódio do senador Marcos do Val, o filho do antigo presidente, o improvável Carlos Bolsonaro, escreveu no Twitter que "essa nova direita nunca decepciona". No já longo período em que sigo com atenção a política brasileira, nunca tinha lido um *mot d'esprit* vindo da ex-família presidencial. Ao contrário, há muito que me tinha habituado à grosseria e à boçalidade das suas falas. Mas, surpresa, a tirada da "decepção" teve certa piada. Por um lado, ela nos lembra que o bom humor faz falta à política. Mas, sobretudo, ela é interessante por evidenciar a dimensão da tragédia da direita – quanto mais precisa se recuperar, mais ela se afunda. É como se para sair do buraco em que se encontra não achasse outro remédio senão continuar a escavar – e a afundar-se cada vez mais.

O problema é sério. Primeiro ponto. Os dois acontecimentos políticos que marcaram o primeiro mês do governo Lula, a invasão dos edifícios governamentais e a tragédia de saúde pública na região dos Yanomâmis, são uma verdadeira desgraça para o anterior governo Bolsonaro. O golpismo político e a incúria governamental com os índios (com intenção ou sem ela) têm potencial para não serem mais esquecidos ao longo de toda a legislatura. Se é verdade que todos os governos gostam de fazer prévios inventários negativos relativos ao país que recebem, no caso do presidente Lula, o governo não precisa fazer nada, porque a própria direita se encarrega de fazer o trabalho, explicando ao povo brasileiro por que a mudança política foi absolutamente necessária. É nesse sentido que a frase tem piada – há uma direita que nunca decepciona. A amalucada invasão dos edifícios do Estado, a desgraça indígena, agora tornada conhecida de todo o povo brasileiro, e ainda as pequenas histórias de "minutas do golpe" e de conspirações do tipo "operação tabajara" (sim, sim, tudo muito ridículo) transformaram a retórica da pesada herança num fato político indiscutível. Esta é a primeira vitória do governo Lula. A pesada herança é hoje reconhecida como um fato, mesmo por muitos que votaram em Bolsonaro.

Mas regressemos à direita, não àquela que nunca decepciona, mas à outra, que acredito que exista, àquela direita responsável e que está consciente do trabalho que tem pela frente neste período pós-eleitoral. Na verdade, já passou um mês depois das eleições, tempo suficiente para lamber as feridas, cair em si, recuperar o ânimo e olhar em frente. Se o principal dever de uma oposição é oferecer ao País uma alternativa crível em que o povo possa apostar nas próximas eleições, devemos reconhecer que a tarefa não se apresenta simples para a direita – nem liderança, nem programa, nem ambiente político. Vai ter de construir tudo de novo. Em síntese, e sem exageros, a direita brasileira está mergulhada numa profunda crise política. Trinta dias depois das eleições, este é o único balanço seguro que é possível fazer – o governo Lula, e a maioria social que construiu nas eleições, não tem nem oposição e muito menos alternativa política visível. É por isso que a frase de Carlos Bolsonaro tem graça. Há uma direita que nunca decepciona ... a esquerda.

Mas não nos deixemos levar pelo contentamento com a desgraça dos adversários, principalmente quando é fácil ver como a adversidade da direita é também uma tragédia para a democracia brasileira. Nesse sentido, no sentido democrático, há uma tarefa da direita que é também uma tarefa nacional – a primeira e mais urgente tarefa da direita é ver-se livre de Bolsonaro, do radicalismo político de Bolsonaro, dos filhos de Bolsonaro como figuras políticas centrais da política brasileira, da violência retórica de Bolsonaro, que ameaçava seus opositores com o exílio, a cadeia ou a "ponta da praia". Agora que o pesadelo passou, é hora de a direita regressar ao fundamento democrático e construir um debate político saudável e respeitoso com os seus opositores políticos. O Brasil não precisa da direita que "nunca decepciona", mas necessita urgentemente da direita democrática de volta ao terreno do jogo político. E isso vai exigir de muitos dos seus líderes coragem e desassombro – nem golpes, nem atalhos, nem invasões, nem apelos militares, nem "conspirações tabajaras". Apenas o monótono exercício rotineiro da política da retórica, do convencimento e do respeito pela vontade livremente expressa do povo. Não, não parece muito – mas é muito. •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

Fênix da Esplanada

ENTREVISTA Cida Gonçalves fala sobre as lutas encampadas pelo Ministério da Mulher, renascido das cinzas do golpe de 2016

A MARIANA SERAFINI E VICTOR OHANA

Em 2016, logo após a destituição de Dilma Rousseff, o Ministério da Mulher foi um dos primeiros a serem extintos por Michel Temer, o surfista do golpe. Em pouco tempo, os recursos destinados à proteção das vítimas de violência doméstica despencaram e a agenda da equidade desapareceu do debate público. Com o retorno de Lula ao poder, o combate ao feminicídio, a luta pela equiparação salarial e a defesa dos direitos das brasileiras volta a ser prioridade, garante Cida Gonçalves, titular da pasta renascida das cinzas.

Militante histórica do PT, a ministra ingressou no partido ainda nos anos 1980. Natural de Clementina, no interior de São Paulo, ela é feminista e uma das vozes mais potentes no combate à violência contra a mulher no País. Publicitária de formação, trabalhou como consultora de políticas públicas de gênero nos governos anteriores de Lula. Na gestão Dilma, ocupou a Secretaria Nacional de Combate à Violência contra a Mulher.

Em entrevista a *CartaCapital*, Cida Gonçalves reconhece que a situação de alguns programas, a exemplo do Disque 180, "é bem pior do que consta no relatório da equipe de transição". Ainda assim, está confiante de que muito pode ser feito para resguardar os direitos e a integridade física das brasileiras. A íntegra da entrevista está disponível em www.cartacapital.com.br.

Casa da Mulher Brasileira

Temos a meta de ter, em cada capital, ao menos uma Casa da Mulher Brasileira, dedicada ao acolhimento das vítimas de violência doméstica, além de buscar capilarização do programa nos municípios do interior. No entanto, herdamos do governo anterior um orçamento exí-

guo, de apenas 23 milhões de reais para 2023. Não é suficiente para executar muita coisa. Estamos buscando recursos de outras fontes e, por isso, a construção das unidades deve começar somente no segundo semestre deste ano.

Reestruturação do Disque 180

Ao assumir o governo, descobrimos que a situação do Disque 180 é bem pior do que consta no relatório da equipe de transição. O serviço passou para o controle da Ouvidoria dos Direitos Humanos e não tem mais atendimento especializado às mulheres. Os atendentes recebem todo tipo de demanda, e não possuem um protocolo específico para as vítimas de violência doméstica. Estamos reestruturando o Disque 180 com o apoio da Advocacia-Geral da União. Em meados de fevereiro, já teremos uma equipe específica para cuidar desse público. Em julho, devemos ter uma nova licitação para garantir o melhor atendimento a todas as brasileiras.

Prevenção ao feminicídio

Recentemente, participei de uma reunião com o ministro da Justiça, Flávio Dino, para estabelecermos parcerias no enfrentamento à violência contra as mulheres. Atualmente, sete brasileiras são vítimas de feminicídio diariamente, e isso pode ser evitado. Nem sempre é possível prevenir um assalto ou homicídio comum, mas o feminicídio, sim. Basta fortalecer algumas políticas públicas, como as Patrulhas Maria da Penha, que acompanham os casos de urgência e emergência e não apresentam custo elevado. Outra medida interessante é o uso de tornozeleiras eletrônicas pelo agressor, que passa a ser monitorado pela Polícia Militar. Isso é diferente do Botão do Pânico, que temos hoje. Esse sistema precisa ser acionado pela própria vítima quando ela encontra seu algoz. Mas, se ele estiver com uma arma de fogo, pode apertar o gatilho assim que a mulher disparar o alerta.

> "Nem sempre é possível prevenir um homicídio, mas o feminicídio, sim. Basta fortalecer as políticas públicas"

Mulheres transgênero

O Ministério das Mulheres parte do pressuposto de que deve assegurar direitos e resguardar a vida de todas as brasileiras, sem exceção. Não importa se ela é uma mulher cisgênero ou trans, se é uma empresária ou uma dona de casa. Todas têm o direito de ter sua integridade física e a saúde preservadas.

Aborto legal

Vamos lutar para que a legislação brasileira seja respeitada. Na verdade, o servidor público não pode se eximir da responsabilidade de cumprir sua função, dentro dos limites da lei. Ao Executivo não compete a tarefa de legislar sobre a ampliação ou a restrição ao direito ao aborto legal. Esse papel compete ao Congresso Nacional. O governo federal deve executar as políticas públicas em conformidade com o que a legislação determina.

Equidade no governo

Este é o governo com o maior número de ministras de Estado dos últimos tempos. Se comparar com a gestão anterior, temos o dobro de mulheres no primeiro escalão. Poderia haver mais? Claro, mas devemos lembrar que são os partidos aliados que apresentam seus representantes para a composição ministerial, essa não é uma decisão isolada do presidente Lula.

Igualdade salarial

O presidente Lula nos deu a tarefa de elaborar um projeto de lei que assegure, de fato, a igualdade salarial entre homens e mulheres. Temos um grupo de trabalho constituído, coordenado pelo Ministério das Mulheres, mas mas com representantes do Trabalho e da Casa Civil pensando nessa legislação. Entendemos, porém, ser preciso assegurar que as brasileiras tenham reais chances de ascensão profissional. Muitas não conseguem devido à necessidade de conciliar o trabalho com as demandas domésticas, o cuidado dos filhos, dos doentes e dos idosos da família. Da mesma forma, precisamos discutir esse tema com as empresas públicas e privadas, visando estabelecer uma nova cultura organizacional com equidade.

Violência política

Nos últimos anos, o ódio, o racismo e a misoginia cresceram de forma assustadora no Brasil. Muitas mulheres estão sendo assassinadas porque seus agressores se sentem legitimados por setores extremistas da sociedade. As vítimas não são apenas as mulheres, mas também a população LGBTQIA+, os negros, os indígenas, como vimos agora, com esse suplício imposto ao povo Yanomâmi. Recentemente, uma vereadora do interior de Santa Catarina foi cassada por denunciar o uso de gestos nazistas em uma dessas manifestações golpistas. Tanto ela quanto outras parlamentares que saíram em sua defesa foram ameaçadas de morte. Houve um escabroso caso de assédio na Assembleia Legislativa de São Paulo. Na Câmara, a deputada Talíria Petrone também foi alvo de ataques bárbaros. Esse caldo de violência veio crescendo em nosso país até o ponto de as sedes dos Três Poderes serem invadidas e depredadas. É preciso dar um basta nisso. •

MINISTÉRIO DO TURISMO

Transição interrompida

DIVERSIDADE O preço da testosterona, em falta no SUS, dispara nas farmácias e impede pessoas transgênero de dar sequência à terapia hormonal

"É um pesadelo. A sensação é de perder tudo o que conquistei, como se fosse acordar e ser uma mulher cisgênero de novo." Assim Oliver Olívia descreve a angústia de estar há três meses com a terapia hormonal atrasada, devido à falta de testosterona na rede pública de saúde e o preço proibitivo do medicamento comercializado nas farmácias. Por volta de 10 horas da manhã, o professor e diretor de teatro saía de unidade básica de saúde do Centro da capital paulista frustrado, porque a atendente informou que o hormônio estava em falta, e não sabia precisar uma data para o retorno.

Com o atraso na terapia, Oliver começou a sentir mudanças indesejadas no corpo. "Antes, a menstruação não era algo que incomodava. Agora, está muito bagunçada, não é mais como era antes da transição. Minha voz começou a mudar também e tudo isso afeta minha saúde mental. Passei a ter pesadelos, como se meu corpo estivesse mudando, tipo aqueles filmes de *body horror*, sabe?" Ao conversar com amigos, ele descobriu não ser o único a enfrentar o problema. "O preço disparou na farmácia e todo mundo que fez a transição não encontra mais o hormônio pelo SUS. Tudo começou a desandar no fim do governo Bolsonaro."

Oliver Olívia conta que fez a transição pelo SUS por se sentir mais amparado dessa forma. "Identifico-me como uma pessoa trans não binária, e fiquei com medo de tomar testosterona sozinho. Na rede pública, o atendimento é humanizado, nunca senti que estava fazendo algo anormal. Desde o primeiro momento fui bem atendido e tive acompanhamento criterioso para chegar ao resultado que queria, com doses menores do remédio. No sistema particular, os médicos parecem transfóbicos."

Desde 2008, o SUS disponibiliza o processo em unidades básicas de saúde em todo o País. A população tem acesso a diversos procedimentos, como terapia hormonal, cirurgias de modificação corporal e genital, além de acompanhamento multiprofissional. Esse cuidado é estruturado tanto na atenção básica quanto na especializada. A primeira refere-se à rede responsável pelo contato inicial com o sistema de saúde. Já a segunda é dividida em duas modalidades: a ambulatorial, no que diz respeito ao acompanhamento psicoterápico e à hormonioterapia; e a hospitalar, para realização de cirurgias e acompanhamento pré e pós-operatório. Para ter acesso aos serviços de atenção básica é necessário ter, no mínimo, 18 anos. Para a especializada, a idade sobe para 21 anos.

A comunidade LGBTQIA+ cobra uma intervenção do governo Lula, após o custo da droga quintuplicar

O problema é que, desde o fim do ano passado, os serviços estão desfalcados. Na unidade básica onde Oliver Olívia buscou atendimento, uma das mais procuradas da cidade de São Paulo para tais procedimentos, os atendentes não souberam informar quando as coisas voltarão ao normal. Se o remédio falta na rede pública, o movimento imediato de quem está em transição é procurá-lo nas farmácias. Aí surge outro problema: o preço. Até setembro de 2022, uma caixa de cipionato de testosterona, conhecido pelo nome comercial de Deposteron, custava, em média, 50 reais. Uma liminar do Tribunal Regional Federal da 1ª Região permitiu a fábrica do medicamento, a Farmacêutica EMS, aumentar em 380% o valor de comércio do Deposteron, e hoje a mesma caixa chega a custar até 250 reais.

A empresa alega que o medicamento estava com valor defasado desde 1992, quando obteve o registro sanitário para fabricá-lo. "Permitir esse aumento abusivo soa como descaso, pois é óbvio que muita gente não terá condições de dar sequência à terapia hormonal, e isso significa um adoecimento físico e mental. Físico, porque o resultado de anos de esforço começa a regredir. E mental, porque afeta diretamente a nossa saúde como um todo, é um retrocesso que pode le-

FERNANDO FRAZÃO/ABR

Ranking da infâmia. Pelo 14º ano consecutivo, o Brasil é o país que mais mata pessoas trans no mundo

var muito tempo para ser revertido", explica Theodoro Rodrigues, membro do Conselho Nacional de Saúde e diretor regional da União Nacional LGBT.

A deputada federal Duda Salabert, primeira mulher transgênero a ser eleita vereadora em Belo Horizonte e, agora, uma das duas parlamentares trans da Câmara Federal, ao lado de Érika Hilton, garante que essa liminar pode cair com enfrentamento institucional, mas que só isso não basta. "Falta um diálogo substancial com o Ministério da Saúde para mostrar que essas medicações são fundamentais, não só por questões de saúde, mas para a construção da dignidade da pessoa trans."

Salabert explica que a terapia hormonal não está relacionada apenas "a algo meramente estético", e sim à promoção da saúde integral da população trans. A fim de resolver o problema do preço da testosterona, a deputada solicitou uma reunião com a ministra da Saúde, Nísia Trindade, para buscar a derrubada da liminar. "Nesse encontro, pretendo também abordar a ampliação das políticas públicas disponíveis nos postos de saúde."

Para a parlamentar, o governo Bolsonaro é o principal responsável por esses retrocessos. "As questões ligadas à saúde da população trans foram deixadas de lado e até criminalizadas. Com a vitória de Lula, tenho certeza que haverá espaço para a construção de novas políticas públicas que deem conta de abarcar a saúde da população trans de maneira integral."

A violência contra a população transgênero não está apenas nas questões ligadas à saúde. Mais uma vez, pelo 14º ano consecutivo, o Brasil é o país que mais mata pessoas trans no mundo. As mulheres transgênero são as principais vítimas. É o que mostra o relatório de 2023 da Associação Nacional de Travestis e Transexuais, conhecida pela sigla Antra.

Para combater a violência transfóbica, Salabert disputa uma vaga na Comissão de Segurança Pública no Congresso, onde pretende propor a construção de políticas públicas voltadas à proteção de pessoas transexuais e da população LGBTQIA+ em geral. "Quando fui vereadora em Belo Horizonte, criamos o programa Cintura Fina, com o objetivo de zerar o assassinato de pessoas LGBT em dez anos e de formar a Guarda Municipal para atender melhor esse grupo. Meu objetivo é replicar essas políticas em nível federal e, assim, retirar o Brasil desse ranking vergonhoso." •

\- Por Mariana Serafini

O Brasil tem pressa

OPINIÃO O principal desafio é recolocar o País na trilha do crescimento

POR ZECA DIRCEU*

É hora de acelerar o processo de união e reconstrução do Brasil. Após a posse histórica do presidente Lula no primeiro dia do ano, a forte repulsa da sociedade civil e a firme resposta institucional aos terríveis atos terroristas e golpistas do dia 8 de janeiro e, finalmente, o início dos trabalhos do Judiciário e do Legislativo, em plena normalidade, o desafio agora é criar condições para a implementação dos projetos que impulsionarão o desenvolvimento econômico e social do País.

No âmbito do Parlamento, além da necessária construção da governabilidade, o PT e os partidos da base aliada terão o desafio de aprovar pautas prioritárias, destinadas a consolidar propostas feitas por Lula na campanha eleitoral, com foco no combate à fome, ao desemprego, à destruição ambiental e no resgate e fortalecimento da economia e dos serviços públicos, como nas áreas de saúde e educação.

Como sinal da volta à normalidade na relação entre os Três Poderes, depois de quatro anos de achincalhamento conduzido pelo governo militarista de Bolsonaro, Lula mandou mensagem ao Congresso em que aponta a mudança na relação do Poder Executivo com as instituições e com a sociedade brasileira: harmonia e independência, por meio do diálogo, da boa política e da busca pelos consensos. A mensagem indica, de maneira inequívoca, as prioridades e os desafios a serem enfrentados.

O Brasil e o povo brasileiro foram submetidos, no último governo, a um assombroso processo de fragilização das instituições e de negação de direitos e oportunidades. No campo econômico, a política ultraliberal erodiu as condições de vida da população, trazendo instabilidade, desalento, empobrecimento das classes médias e dos menos favorecidos e retrocessos na produção e no consumo.

Neste cenário, uma das tarefas primordiais da base de apoio do governo no Congresso será a reforma tributária, que, para estar à altura de nossos desafios, precisa ter caráter solidário, justo e sustentável. É impensável manter o sistema atual, que taxa os pobres e a classe média e mantém os bilionários praticamente sem taxação. O debate em torno dessa reforma decisiva precisa considerar, entre outros pontos, a simplificação e a redução da tributação do consumo, além da progressividade e restauração do equilíbrio federativo. Um sistema tributário moderno fará aumentar a capacidade do governo de fiscalizar e cobrar de fato impostos dos fraudadores e sonegadores, permitindo mais recursos para investir nas políticas públicas.

> A reforma tributária, central neste processo, precisa ter caráter solidário, justo e sustentável

O governo deve enviar ao Congresso, nos próximos meses, propostas de criação de um novo arcabouço fiscal para substituir o malfadado Teto de Gastos, que tantos prejuízos trouxe ao País. Esse tema deve ser intensamente debatido com as instituições e a sociedade, para garantir a construção de regras exigentes e, ao mesmo tempo, confiáveis do ponto de vista da consecução de suas metas. Um marco para garantir previsibilidade e credibilidade nas contas nacionais e, como disse Lula, assegurar políticas públicas mais robustas, para atrair investimentos privados nacionais e externos. Após seis anos de arrocho no orçamento em áreas fundamentais e da destruição do sistema de proteção social, a grande prioridade é restabelecer o funcionamento do Estado.

No campo social, 2023 é o ano do ressurgimento do Bolsa Família, agora renovado e ampliado, para garantir renda compatível com as atuais necessidades da população mais vulnerável do País. Outro ponto importante da agenda é a retomada do diálogo com os movimentos sociais, populares e sindicais, além do estreitamento das relações com o empresariado de distintos segmentos. O estabelecimento de foros entre capital e trabalho significa a retomada de um processo coletivo e participativo de construção de políticas públicas, por meio da restauração de todas as instâncias de participação social. A economia se reerguerá a partir de políticas públicas e estímulos à atuação do empresariado, sempre com respeito aos direitos da classe trabalhadora.

Há também o desafio de recuperar nossa política externa, orientada à reconstrução da cooperação internacional

BRUNO SPADA/AG. CÂMARA

Agenda. Além da reforma dos tributos, o Congresso vai definir, em debate amplo com o governo e a sociedade, um novo arcabouço fiscal

Sul-Sul, com a América Latina e a África, além da normalização das relações com países outros estratégicos. A agenda inclui o fortalecimento e o resgate de iniciativas como o Mercosul, a União de Nações Sul-Americanas (Unasul), a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac) e os BRICS. Como o próprio Lula disse, trata-se da construção de uma nova ordem global, comprometida com o multilateralismo, respeito à soberania das nações, inclusão social, democracia e sustentabilidade ambiental.

Internamente, é preciso ressaltar a importância da pacificação do País. É o momento de união, para termos foco no combate a problemas como a fome, o garimpo ilegal e a destruição do meio ambiente. Mas nada impede que, dentro da lei e de forma racional, sejam identificados e punidos os responsáveis pelos atos criminosos de 8 de janeiro. O desafio coletivo é retomar as relações civilizadas e respeitosas com quem é e pensa diferente de quem ganhou as eleições, como sempre foi na história do País.

É fundamental combater as ainda existentes redes de difusão de ódio, *fake news* e mentiras pela internet. Por isso é louvável a iniciativa da Advocacia-Geral da União de criar uma unidade exatamente para combater a desinformação que, cotidianamente, tem causado graves prejuízos à sociedade. A Procuradoria Nacional da União de Defesa da Democracia da AGU é um avanço institucional nesta nova fase da vida brasileira.

O principal é recolocar o Brasil na trilha do crescimento com reindustrialização, em modelo baseado na transição digital e no desenvolvimento sustentável com respeito à natureza. Mais qualidade de vida, democracia plena, tolerância e fim da escalada do ódio promovido por Bolsonaro. Mais investimentos em educação de qualidade, na pesquisa, ciência, tecnologia e inovação.

Vivemos um momento histórico em que é preciso a união de todos para tirar o Brasil do atoleiro econômico e social ao qual foi levado depois do golpe de 2016, mas sobretudo com o último governo. É hora de enfrentar de uma vez por todas as inaceitáveis desigualdades no País, construindo um desenvolvimento que seja verdadeiramente justo, soberano, democrático e sustentável. Esta é a nossa tarefa histórica. O Brasil precisa voltar a ser feliz. ▪

**Deputado federal pelo Paraná, líder da bancada do PT na Câmara dos Deputados.*

Castelo de cartas

NEGÓCIOS Um mesmo padrão liga a Lojas Americanas à Ambev e à Eletrobras, que Lula gostaria de reestatizar

POR CARLOS DRUMMOND

Um mês após a revelação do rombo de 20 bilhões de reais e de dívidas de 43 bilhões na Lojas Americanas, o problema parece longe de uma solução e, ao contrário, agrava-se a cada dia. Até a terça-feira 7, não havia sinal do 1 bilhão de reais que os acionistas Jorge Paulo Lemann, Carlos Alberto Sicupira e Marcel Telles prometeram colocar no caixa, a título de empréstimo, para estancar a sangria da empresa, em recuperação judicial desde o dia 19. Uma quantia que está longe do mínimo recomendado por especialistas para dar fôlego à companhia, de cerca de 15 bilhões de reais, na forma de aumento de capital, não de empréstimo.

Sem dinheiro, com capacidade de endividamento e reputação abaladas e em guerra contra os bancos dos quais é cliente, a Americanas afunda rápido em um processo que ameaça contaminar outras empresas do grupo, entre elas a Ambev. A varejista demitiu parte dos 43 mil trabalhadores no Rio de Janeiro e em Porto Alegre, prepara cortes em São Paulo e colocou em risco milhares de fornecedores. Em Campinas, 60 pequenas e médias empresas que mantêm relações comerciais com a Americanas podem enfrentar problemas de caixa nos próximos meses, alertou a AG Antecipa. O problema

Tentáculos. Sicupira, Lemann e Telles conseguiram o comando da Eletrobras em uma operação de privatização heterodoxa mesmo para os padrões brasileiros

desdobrou-se em uma crise política, com o questionamento da privatização da Eletrobras, entregue no ano passado ao mesmo trio bilionário em uma operação polêmica. Na terça-feira 7, o presidente Lula mandou a Advocacia-Geral da União rever o contrato de privatização porque "foi feita uma bandidagem para que o governo não volte a adquirir maioria na Eletrobras". Segundo vários operadores do mercado, a privatização da *holding* de energia foi "não clássica". Houve um aumento de capital, o Tesouro não subscreveu e permitiu que o mercado subscrevesse, e ainda passou o controle para os donos da 3G Capital, associados uns aos outros mediante um acordo de acionistas.

Dias antes, Lula havia criticado Lemann, segundo o presidente, "vendido como suprassumo do empresário bem-sucedido", mas que agora "pode sofrer as mesmas consequências de Eike Batista", preso em 2017 acusado de corrupção e lavagem de dinheiro. "O mercado fica nervoso, muito irritado diante de qualquer palavra que se fale sobre a área social, mas agora um deles joga fora 40 bilhões de reais de uma empresa que parecia ser a mais saudável do planeta e esse mercado não fala nada, ele fica em silêncio", disparou.

Considerada "a maior fraude da história corporativa do Brasil" pelo respeitado gestor de investimentos Luis Sthulberger, diretor da Verde Asset, o escândalo da Americanas mancha a elevada reputação do trio bilionário, considerada inabalável após décadas de jornalismo de negócios laudatório. Um comitê independente que investiga as causas do rombo de 20 bilhões concluiu que "há fortes indícios de prática de fraude". A Comissão de Valores Mobiliários abriu vários inquéritos para investigar os fatos. Há evidências de comportamento questionável do trio bilionário, antes e depois de a crise explodir. A Americanas teria tentado sacar 800 milhões de reais do BTG horas antes do escândalo ser detonado, em 11 de janeiro. Segundo os jornais, a operação só não aconteceu porque o pedido foi feito a funcionários sem autonomia para realizá-la de imediato. Em represália, o BTG declarou o vencimento antecipado de uma dívida de 1 bilhão de reais da varejista com o banco. "Os três homens mais ricos do Brasil, ungidos como uma espécie de semideuses do capitalismo mundial 'do bem', foram pegos com a mão no caixa daquela que, desde 1982, é uma das principais companhias do trio", disparou a instituição financeira em uma petição na Justiça, dois dias após o estouro da crise. No segundo semestre do ano passado, diretores venderam 244 milhões de reais em ações da empresa, meses antes da revelação do buraco no balanço.

> Até agora, os principais acionistas da varejista se limitaram a pedir desculpas e dizer que nada sabiam

Os danos causados pela crise da Americanas à economia e à sociedade são de grande monta. A empresa teve sua nota de crédito cortada pelas agências de risco para o grau especulativo da noite para o dia e suas lojas são alvo de ações de despejo. O ensaio de conversa dos maiores acionistas com os bancos credores, no que seria uma tentativa de resolver os problemas, restringiu-se, até agora, à apresentação de justificativas e reafirmações de inocência, segundo fontes dos credores. O Itaú BBA ressaltou em relatório que os "impactos relevantes nos mercados de crédito e de capitais reforçam a cautela" e registrou um aumento das taxas mensais das linhas de crédito para desconto de duplicatas entre 0,1% e 0,3%, além de redução do prazo dos financiamentos, maiores seletividade e exigência de garantias, com risco de elevação da inadimplência. Dados da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, a Anbima, apontam o crescimento dos saques dos fundos de renda

fixa. Os bancos aumentaram suas provisões para devedores duvidosos. A disputa reverbera nos tribunais, com o rumoroso descumprimento, pela Justiça do Rio de Janeiro, de uma decisão de um tribunal paulista de apreensão de e-mails de 42 executivos da Americanas, a pedido de advogados do Bradesco. Na terça-feira 7, as ações da companhia fecharam em 1,17 real na Bolsa, queda de 13,97% apenas nesse dia. A cotação é um décimo do preço de fechamento de 12 reais registrado no pregão de 11 de janeiro.

Há entre seis e sete versões sobre qual o modo de operação específico utilizado para cometer a fraude, mas sabe-se que envolveu a manipulação de contas. A Americanas tinha entre 15 bilhões e 17 bilhões de reais em financiamentos a fornecedores feitos por meio de bancos, e que, em vez de constarem como dívida financeira no balanço, foram lançados como dívidas com fornecedores, ressaltou o site especializado Reset. Além disso, esse volume de dívida bancária não estava totalmente refletido na chamada "conta fornecedores", que relaciona essa categoria de valores devidos. Cada vez que a Americanas pagava juros aos bancos por conta dos financiamentos a fornecedores, a contabilidade da empresa subtraía esses juros do total daquela conta. Com uma despesa financeira artificialmente menor, sublinha o Reset, os lucros divulgados ao longo de anos, que foram a base para o cálculo dos dividendos distribuídos aos acionistas, estavam superavaliados.

O encaminhamento acima não foi uma decisão aleatória de um subalterno, mas a concretização de uma estratégia da cúpula da companhia, sugere esta passagem de *Dobre Seus Lucros*, de Bob Fifer, apontado como livro de cabeceira de Telles: "Um método fácil de favorecer o balanço da sua empresa este ano é atrasar seus pagamentos. A maioria dos fornecedores prefere esperar para receber a perdê-lo definitivamente como cliente. Passe a pagar suas

A fraude contamina o financiamento às empresas, pois os bancos estão mais seletivos

contas em 45 dias, depois 60 dias, depois em três ou seis meses, no caso dos fornecedores mais tolerantes. Nunca pague uma conta até que o fornecedor pergunte por ela ao menos duas vezes. Certos fornecedores chegam a levar até dois anos para reclamar o pagamento de uma conta".

A crise da Americanas reavivou, inclusive na mídia internacional, aspectos polêmicos da saga dos bilionários donos da Ambev na formação do maior grupo de cervejarias do mundo. Segundo sublinhou Nick Corbishley, do site Naked Capitalism, "Lemann, Telles e Sicupira têm um histórico de burlar ou quebrar as regras e normas de negócios e práticas contábeis não apenas no Brasil. Em 2005, eles foram acusados de abusar do poder de controle após distorcer os objetivos do plano de opção de compra de ações da empresa de bebidas Ambev. Os três gestores foram "também acusados, como diretores da Ambev, de terem violado seus deveres fiduciários para com a empresa". Semanas atrás, surgiu a suspeita de que a cervejaria deve bilhões de reais em impostos no País. A Associação Brasileira da Indústria de Cerveja, representante de pequenos produtores, acusou a multinacional de acumular 30 bilhões de reais em créditos tributários aos quais não tem direito.

O que aconteceu na Lojas Americanas repete "o que se viu no escândalo da Kraft Heinz", que consistiu em "prática de fraude por manipulação de informações contábeis", ressalta o BTG na petição mencionada. Em 2013, a 3G Capital comprou a Kraft, em associação com o badalado empresário estadunidense Warren Buffett,

Contaminação. A fraude na Americanas respinga em outra companhia gigante do trio bilionário, a Ambev

operação que mais tarde deu origem à Kraft Heinz, uma das maiores empresas de alimentos do mundo. Em 2019, a companhia anunciou perdas de 15,4 bilhões de dólares e um investidor a processou, sob a alegação de que os executivos da 3G Capital se envolveram em negociações com informações privilegiadas antes da avalanche de más notícias. O processo acabou arquivado, mas alimentou a percepção de que os executivos burlaram as regras. Pouco depois, revelou-se outro rombo, de 1,2 bilhão de dólares. Em 2021, os reguladores federais dos EUA anunciaram um acordo com a empresa sobre o que classificaram como "anos de declarações financeiras falsas". "De 2015 a 2019, a Security Exchange Comission alegou que a Kraft Heinz estava usando todo o arsenal de práticas contábeis obscuras para suavizar seus resultados, que incluíam reconhecimento de descontos não ganhos de fornecedores, manutenção de contratos de fornecedores falsos e enganosos e registro de economias de custos onde não havia nenhuma. A empresa, que concordou em pagar 62 milhões de dólares em multas, relatou deliberadamente lucros falsos e depois se gabou dos supostos ganhos para a comunidade de analistas, de acordo com a SEC", destaca David Gelles no livro *O Homem Que Quebrou o Capitalismo: Como Jack Welch Destruiu o Coração e Esmagou a Alma da América Corporativa – e Como Desfazer o Seu Legado*, que destaca as peripécias dos donos da 3G Capital na condição de pupilos diletos do magnata norte-americano.

O caso da Lojas Americanas e os precedentes da Ambev e da Kraft mais do que justificam, do ponto de vista do governo, o questionamento da privatização da Eletrobras. "O negócio está cheio de inconstitucionalidades, mas o Tribunal de Contas da União fingiu não ver. É óbvio qual o método de gestão deles. A Americanas não foi a primeira nem será a última empresa prejudicada. Na Eletrobras farão as mesmas coisas, com certeza", dispara Gilberto Bercovici, professor titular de Direito Econômico e Economia Política da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. "A CVM e o Judiciário não veem irregularidades, o Ministério Público finge que não vê, resta a este governo entender que a Eletrobras é um problema. E que não adianta enfiar a cabeça na areia como avestruz."

O especialista prossegue: "Das duas uma, ou eles estatizam a Eletrobras agora, em um processo mais ou menos controlado e que eles conseguem precificar de maneira planejada, ou então vai estourar daqui a dois ou três anos de modo semelhante ao caso da Americanas e eles vão ser obrigados a assumir, porque a empresa é prestadora de serviço público. Só que, neste caso, o prejuízo será muito maior e a crise, mais ampla". O problema, diz Bercovici, é que o governo ainda não acordou para esse fato. Fazer um acordo de acionistas não é solução, explica, porque o primeiro minoritário que se sentir prejudicado entra com uma ação aqui e nos EUA alegando que a reestatização vai prejudicar os interesses deles, que foi uma manobra para controlar a empresa sem poder. É preciso aprender com o caso da Vale, que o governo não quis reestatizar e resultou nas tragédias de Brumadinho e Mariana. Quanto às fraudes cometidas pelo grupo na Americanas, dificilmente poderiam ajudar o governo a reaver a antiga estatal. "O único jeito, que iria repercutir indiretamente na Eletrobras, é se esses bilionários fossem impedidos de atuar no mercado financeiro. Por meio, por exemplo, de uma condenação por parte da CVM ou da sua equivalente nos EUA, a SEC. Neste caso, eles continuarão sendo proprietários de ações, mas terão de passar a gestão para outros", ressalta Bercovici.

TÂNIA RÊGO/ABR E CRISTIANO SANTANNA/AMBEV BRASIL

Ruas de sangue

TheObserver Em Juliaca, maior cidade do departamento de Puno, o impasse político do país ganha contornos brutais

POR TOM PHILLIPS, EM JULIACA, PERU

Juliaca está mergulhada no luto desde o assassinato de 17 manifestantes em janeiro

JUAN CARLOS CISNEROS/AFP

TAMBÉM NESTA SEÇÃO →

pág. 46
Equador. As eleições regionais reanimam a Revolução Cidadã

Pilhas de lixo a queimar e paredes furadas de balas. Tropas entrincheiradas no aeroporto com fuzis AK-47 e escudos antimotim, à espera de uma trégua que não tem data para acontecer. O prefeito preside um tribunal atrás das janelas quebradas da prefeitura vandalizada. "Sinto que minha cidade está se destruindo. Está manchada de sangue. Está ferida", lamentou Oscar Cáceres, enquanto manifestantes furiosos se reuniam em frente à sede municipal para exigir mudança política e justiça para os 17 mortos durante o dia de violência mais mortal nos dois meses de revolta contra o governo do Peru.

A agitação política no quarto maior país da América do Sul deu à cidade andina de Juliaca, a maior do departamento de Puno, no sul do país, o clima e a aparência de uma zona de guerra. Perto do aeroporto internacional pulverizado, palco de confrontos violentos entre manifestantes e forças de segurança em 9 de janeiro, nos quais 17 morreram, um grafiteiro deixou um recado para as autoridades quase invisíveis da cidade: "O povo manda".

Após algum tempo em Juliaca, é impossível discordar. Durante três dias na cidade conflituosa, *The Observer* viu apenas uma vez policiais ou militares fora do centro de comando de emergência instalado no aeroporto internacional, que leva o nome de Manco Cápac, fundador da civilização inca. Em vez disso, as ruas com barricadas foram tomadas por grupos de rebeldes antigovernistas que estão em revolta declarada contra a presidente Dina Boluarte desde o início de dezembro, quando seu antecessor, Pedro Castillo, foi destituído do poder e preso após supostamente tentar um golpe. "Ficaremos aqui até essa senhora renunciar", gritou uma opositora sobre Boluarte, à frente do bloqueio feito com pneus e caixas de papelão incendiados durante o último dia de protestos.

> Em meio ao clima e aparência de zona de guerra, o grafite lembra: "O povo manda"

Enquanto a mulher falava, um líder do protesto, que se recusou a dar seu nome, chegou para expressar sua fúria pelo fato de tantos manifestantes terem sido mortos a tiros "como animais" pelas forças de segurança, desde o início do levante. Até agora, ao menos 59 peruanos foram mortos, entre eles um policial. "Meu amigo, foi aqui em Puno que nasceu o império Inca e é isso que nos dá coragem. Temos o sangue de Pedro Vilcapaza e o sangue de Tupac Amaru", afirmou o homem sobre os dois rebeldes indígenas do século XVIII. "Devemos continuar lutando... e continuaremos lutando", acrescentou, antes de pedir que a Rússia ou a União Europeia enviem armas aos rebeldes desarmados.

Do lado de fora do aeroporto desativado, cuja entrada era protegida por dez policiais, sete cones de trânsito laranja, quatro painéis de compensado e dois cães sem dono de olhos tristes, o general do exército encarregado de retomar o controle de Juliaca expressou exasperação com o "estilhaçamento" desta cidade de 300 mil habitantes. Manuel Alarcón Elera, chefe da quarta brigada de montanha, disse que seus soldados receberam a tarefa de limpar as estradas bloqueadas nos planaltos ao redor nos próximos dias. Diante da pergunta sobre quando a normalidade poderia retornar, o general ficou perplexo: "É uma pergunta realmente complicada. Não acredito que haja uma resposta para ela".

Uma solução para a crise política do Peru parece igualmente vaga, dois meses depois de seu início, em 7 de dezembro, quando a dramática queda de Castillo levou sua vice-presidente e ex-aliada de esquerda, Boluarte, a tomar o poder. Os rebeldes camponeses, que bloquearam grandes trechos dos Andes, fizeram quatro reivindicações principais para desmontar suas barreiras: a renúncia de Boluarte, que dizem ter sido cooptada pela direita, a dissolução do Congresso, novas eleições e a reforma da Constituição do Peru, de 1993, promulgada durante a presidência autoritária de dez anos de Alberto Fujimori e acusada de aprofundar a desigualdade. Alguns, embora não todos, também pedem que Castillo, ex-sindicalista eleito em 2021 sob a promessa de governar pelos pobres rurais do Peru, mas enfrentou uma série de acusações de corrupção, seja libertado e devolvido ao poder.

A raiva rural profundamente enraizada pela negligência das elites políticas predominantemente brancas do Peru, baseadas em Lima, foi exacerbada pelo assassinato dos ma-

nifestantes, a maioria em terras agrícolas, como Puno, onde os lucros da mineração de ouro e cobre não conseguiram reduzir a pobreza.

Os nomes de algumas das vítimas foram colados na frente da igreja barroca de Juliaca, próximo da prefeitura, que os manifestantes atacaram 24 horas após a chacina no aeroporto, em 9 de janeiro. "As ruas estão manchadas de sangue", gritou a enfermeira Carolina Machaca Mamani, enquanto visitava o túmulo de um colega, Marco Antonio Samillán Sanga, na periferia dilapidada da cidade. Sanga, médico estagiário de 30 anos, estava no aeroporto com um grupo de médicos voluntários, quando centenas de manifestantes tentaram tomar o controle da pista para impedir a chegada de reforços. Testemunhas dizem que ele foi baleado no coração pela polícia, enquanto atendia um menino que tinha inalado gás lacrimogêneo.

As balas arrancaram pedaços do tamanho de um punho das paredes da Avenida Independência, repleta de lixo, que passa ao lado da pista e onde os manifestantes derrubaram a cerca do perímetro do aeroporto antes que as forças de segurança os repelissem com gás lacrimogêneo e munição real. Em um cruzamento próximo, uma placa gigante pendurada em uma ponte diz: "Renuncie Dina, sua assassina".

O governo peruano, sem oferecer provas, classificou os manifestantes como bandos organizados de terroristas e vândalos, cuja insurgência é apoiada por narcotraficantes, máfias de garimpeiros ilegais e esquerdistas bolivianos. Vozes de direita, também sem provas, alegam que a insurreição faz parte de uma conspiração financiada por Cuba e Venezuela. Os manifestantes rejeitam, no entanto, essas representações e afirmam que as autoridades tentam silenciar com armas seus apelos legítimos por mudanças políticas. No mês passado, a União Europeia lamentou o grande número de baixas nos protestos, que incluem um policial de Juliaca encontrado queimado até a morte, e condenou os "atos generalizados de violência, bem como o uso desproporcional de força pelas equipes de segurança".

> "Seria muito triste para todos se acabássemos numa guerra civil. Haveria um massacre", teme o prefeito Oscar Cáceres

"Sinto uma mistura de dor, raiva e impotência... a vida não vale nada", disse a estudante Daisy Milagros, 22 anos, enquanto colava nos portões da igreja de Juliaca um cartaz a denunciar os assassinatos. "A ordem é atirar. É proibido pensar", dizia o *slogan* do pôster, emoldurado por desenhos de dois policiais zumbis a lançar bombas.

A violência trouxe de volta lembranças dolorosas da guerra de 12 anos travada pelos guerrilheiros comunistas do Sendero Luminoso, entre 1980 e 1992, quando cerca de 70 mil peruanos perderam suas vidas e centenas de milhares fugiram para as cidades para escapar do derrama-

Os manifestantes pedem a renúncia de Boluarte, a destituição do Congresso e novas eleições. Nem todos querem Castillo de volta

mento de sangue nos Andes. O irmão de Samillán Sanga, Raúl Constantino, disse que a última vez que viu Juliaca em tal estado de turbulência foi no início dos anos 1990, durante os últimos dias do que a escritora Alma Guillermoprieto chamou de anos de "raiva e assassinato insano" no Peru. "Quando eu tinha 9 anos, era parecido", disse. "Havia bombas e bloqueios. Não havia comida, havia filas em todos os lugares para comprar querosene. Havia toque de recolher à noite, para que você não pudesse sair de casa. Foi muito triste."

Cáceres disse nunca ter "visto tanto caos e conflito", e comparou o fechamento da cidade pelos manifestantes a uma greve de fome, que matava lentamente o próprio município que deveria ajudar. "É tão difícil de entender", disse o prefeito. Segundo ele, Juliaca havia esgotado o cloro necessário para purificar seu abastecimento de água, por causa do fechamento do aeroporto para voos comerciais. As dezenas de bloqueios de estradas que cercam a cidade significam também escassez de alimentos, gasolina e gás.

EVA GUSSON/CONGRESSO NACIONAL DO PERU, CARLA PATIÑO/PRESIDÊNCIA DO PERU E CRIS BOURONCLE/AFP

Cáceres afirma entender a indignação rural com a "escandalosa" repressão no aeroporto e com o *establishment* político de Lima, que falhou em resolver os antigos problemas sociais que assolam a região. Ele esperava que Boluarte, a quem declarou *persona non grata*, renunciasse, para evitar o colapso econômico da cidade e mais derramamento de sangue. "Seria muito triste para todos se acabássemos numa guerra civil ou em luta uns contra os outros. Haveria um massacre. Não podemos aceitar isso."

Boluarte recusa-se a renunciar, mas, no início de fevereiro, cedeu e aceitou que o Congresso profundamente impopular discutisse a antecipação das eleições para este ano, a fim de neutralizar a escalada da crise. Em uma ilustração da disfunção política que viu o Peru passar por sete presidentes nos últimos seis anos, o Congresso repetidamente evitou esses pedidos.

Em Juliaca, onde bandeiras negras de luto estão penduradas em lojas e casas fechadas, muitos temem que a pior violência ainda esteja por vir, enquanto as tropas se preparam para enfrentar os manifestantes que bloquearam quase cem estradas e rodovias no país, causando centenas de milhões de dólares em perdas econômicas. No dia em que a cidade se preparava para mais confrontos, a enfermeira voluntária Yulisa Luque Jacho saiu às ruas com um capacete branco de pedreiro e avental médico azul com seu nome, data de nascimento e tipo sanguíneo escritos na manga direita com uma caneta marcadora. "O governo envia o exército peruano e o povo vai reagir de alguma forma. Temo que algo muito violento aconteça por causa de toda a raiva", disse a médica de 22 anos, enquanto sua equipe esperava para ser convocada para a linha de frente.

Trinta e seis horas depois, quando o toque de recolher noturno de Juliaca terminava, às 5 da manhã, *The Observer* viu a polícia nas ruas pela primeira vez em três dias. Ao virar a esquina do gabinete do prefeito, um grupo de policiais estava amontoado na escuridão ao lado de dois SUVs brancos. Pelas sombras do amanhecer, o corpo de um homem podia ser visto a seus pés.

Tradução: Luiz Roberto M. Gonçalves.

Os eleitores impuseram sonora derrota a Lasso

RODRIGO BUENDIA/AFP

As ovelhas e o lobo

EQUADOR AS ELEIÇÕES REGIONAIS E A DERROTA DO REFERENDO CONSTITUCIONAL REANIMAM O CORREÍSMO

Mal os resultados eleitorais do domingo 5 começaram a ser divulgados, Rafael Corrêa, ex-presidente do Equador exilado na Bélgica, comemorou no Twitter. "As ovelhas unidas nunca serão derrotadas", escreveu. A incontestável vitória nas disputas regionais e o "não" às reformas constitucionais proposta pelo "lobo" Guillermo Lasso, atual mandatário, deram novo alento à Revolução Cidadã, movimento progressista liderado a distância por Corrêa. Em 2025, os equatorianos voltam às urnas para escolher quem os governará pelos quatro anos seguintes e a direita neoliberal representada por Lasso, ex-banqueiro, dispõe de pouco tempo para se recuperar do baque.

O referendo que propunha alterações na Constituição aprovada em 2007, entre elas a facilitação da extradição aos Estados Unidos de narcotraficantes e limites aos poderes do Conselho de Participação Cidadã, contaminou e foi contaminado pelas eleições regionais e pela baixa popularidade do atual presidente. O Creo, partido de Lasso, não venceu em nenhuma das províncias, enquanto o Revolução Cidadã, principal adversário, conquistou o comando das regiões mais populosas e das prefeituras mais importantes, incluída a capital, Quito, que será administrada por Pabel Muñóz. "Estas eleições são um grande avanço", afirmou o futuro prefeito.

Após o silêncio na noite de domingo, Lasso admitiu a derrota do referendo no dia seguinte. "Aceito que a maioria não concorda que essas questões sejam resolvidas com as ferramentas colocadas em consideração", discursou em cadeia de rádio e tevê. "Mas é preciso um amplo e sério debate, sem dogmas ou ideologia, sobre como enfrentar a ameaça do narcotráfico e suas ligações com setores da política."

O ex-banqueiro foi eleito em 2021 no segundo turno, após uma surpreendente reviravolta contra o então favorito, o jovem economista Andrés Arauz, candidato de Corrêa. Em dois anos de mandato, Lasso conseguiu, porém, o feito de somar à crise econômica, razão de diversos e violentos protestos no país nos últimos anos, a escalada da violência, por conta da política de guerra às drogas, em completo alinhamento a Washington. O descontentamento dos equatorianos, exposto de forma inegável no domingo 5, era o impulso necessário à Revolução Cidadã e seu líder. Condenado a oito anos de prisão por corrupção, em um processo à moda lavajatista, Corrêa tem agora dois anos para encontrar o candidato certo e consolidar uma frente capaz de reintegrar o Equador à recente "onda vermelha" na América do Sul. •

- Por Sergio Lírio

ROBERT KUHN

China: crescer é o que importa

▶ A prudência é, porém, recomendada. Não há capital disponível para uma rápida expansão

Em 2023, a China vai concentrar-se intensamente no crescimento. Dadas as condições gerais, como o impacto das interrupções e bloqueios da Covid, a queda no mercado imobiliário e a incerteza da economia global, entregar crescimento neste ano é o objetivo principal inequívoco e esmagador.

Não se trata de nenhum segredo de Estado. A prioridade dada ao crescimento ficou bem clara na Conferência Central de Trabalho Econômico, reunião realizada em meados de dezembro para considerar as perspectivas econômicas e definir políticas para 2023. Como esperado, seguiu as diretrizes da mais recente reunião do Politburo: mais políticas pró-crescimento e pró-negócios, para colocar a economia chinesa de volta nos trilhos.

Vejo diretrizes para estimular a expansão do PIB por meio de múltiplos fatores. Começa com a estabilização da economia, em sequência vem a expansão da demanda doméstica e a abertura contínua de alta qualidade no comércio e na liberalização do investimento. Requer uma coordenação mais forte entre o crescimento qualitativo e quantitativo, entre a reforma estrutural do lado da oferta e a expansão da demanda interna e entre as medidas e outras políticas. Estas deveriam ser as diretrizes: (I) manutenção da política monetária prudente e aprimoramento da política fiscal proativa; (II) promoção dos negócios privados, especialmente empresas de plataformas tecnológicas, pequenas e médias, nacionais e estrangeiras; (III) apoiar o mercado imobiliário com políticas pró-propriedade; e (IV) restabelecer a confiança do consumidor e aumentar o consumo. Obviamente há incerteza e risco, e é bom que o governo seja sincero e cauteloso. A economia enfrenta várias pressões: enfraquecimento das expectativas, contração da demanda, choque de oferta, surtos de Covid e ambiente global turbulento.

Segundo o consenso dos economistas globais, a China almeja crescimento do PIB superior a 5% neste ano, talvez até 5,5%, à medida que retornar à sua taxa de crescimento potencial sustentável no médio prazo. Os próprios economistas globais estimam resultado pouco menor, abaixo de 5%, o que ainda seria um aumento saudável em relação a 2022. O PIB chinês aproxima-se de 20% do produto mundial, por isso o resto do planeta acompanha com atenção o desempenho do país.

A estratégia de política monetária prudente e política fiscal proativa foi estabelecida pela Conferência Central de Trabalho Econômico. Embora priorizem o crescimento, eles permanecem vigilantes e aconselham que a política monetária continue a fornecer liquidez suficiente sem atiçar a inflação. Da mesma forma, embora a política fiscal seja proativa, não haverá estímulos maciços, portanto, o crescimento pode ser feito com qualidade e de forma eficiente.

As autoridades da China têm bons motivos para apostar na cautela. A dívida imobiliária é insustentável e, após três anos de rígidos controles da Covid, os recursos do governo, assim como os das famílias e empresas menores, foram esgotados, limitando a quantia de capital disponível para uma rápida expansão. Além disso, as receitas do governo local foram prejudicadas pelo declínio imobiliário e pela queda na arrecadação de impostos, enquanto a queda nos preços das casas reduz o poder de compra do consumidor e a disposição para gastar.

Os líderes da China acertam ao manter o risco financeiro no topo de sua lista de preocupações e, com razão, temem que um grande estímulo possa ser explorado por especuladores, especialmente no setor financeiro (mercado de ações, bancos, *fintech*) e no setor imobiliário, e, portanto, ser mais prejudicial do que útil. Na verdade, o setor imobiliário precisa de mais desalavancagem, não do contrário.

Ao sinalizar uma política fiscal proativa para 2023, com "gastos fiscais mantendo a intensidade necessária", o governo tenta garantir a sustentabilidade fiscal por meio do controle dos riscos da dívida dos governos locais, otimizando déficits orçamentários, títulos para fins especiais e subsídios de taxas de juro (de que os governos locais precisam porque precisam contar com financiamento de alto custo) e aumentando os pagamentos de transferências do governo central aos locais.

Tradicionalmente, a China mantém seu déficit fiscal abaixo de 3% do PIB, mas pode ser liberado um leve aumento desse porcentual neste ano. É sensato escolher o menor dos males: absorver um aumento do déficit no curto prazo, para garantir a estabilidade do crescimento no longo prazo. •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

Passo 1: arrependimento

The Observer O Brexit nunca foi tão impopular, mas reatar os laços com a União Europeia ainda é um trajeto longo e difícil

POR ROBERT FORD*

O Brexit tem três anos e está menos popular que nunca. Hoje, um número maior de britânicos está insatisfeito com os resultados da saída da União Europeia até agora e pessimista sobre os ganhos futuros do que em qualquer ponto do processo. "Rejoin" (Reunir) abriu uma vantagem de dois dígitos sobre continuar fora da UE nas pesquisas que perguntam aos eleitores o que eles escolheriam em um segundo referendo.

Embora os eleitores tenham oscilado contra o Brexit antes, a mudança atual é diferente. Os ganhos anteriores foram impulsionados por aqueles que em 2016 se abstiveram ou eram jovens demais para votar contra o Brexit e por mudanças demográficas que lentamente puxaram o eleitorado numa direção pró-UE. Até agora, a grande maioria dos eleitores a favor de sair ou permanecer manteve as escolhas de junho de 2016. Isso começa a mudar, e são os favoráveis ao Brexit que têm reconsiderado. Um em cada cinco eleitores da saída da UE agora diz que votaria pelo retorno, enquanto a mudança dos defensores da permanência continua muito menor. A balança da opinião pende contra o Brexit, devido às crescentes dúvidas entre os apoiadores originais.

Uma coisa que impulsiona essa mudança de opinião é o fracasso da realidade do Brexit em corresponder às promessas feitas na ocasião. A opinião dos eleitores sobre os impactos econômicos mudou de cautelosamente positiva para fortemente negativa no ano passado. "As coisas pioraram" e "não saiu como esperado" estão entre as explicações mais comuns dadas pelos eleitores da saída, quando questionados nas pesquisas sobre sua mudança de opinião.

O Brexit não é mais objetivo futuro abstrato, cujos benefícios vindouros podem ser discutidos, enquanto as desvantagens potenciais são descartadas como pessimismo partidário. É uma realidade vívida, cujos atritos e custos são uma experiência diária e cujos ganhos prometidos não chegaram. Os resultados decepcionantes tornaram os argumentos dos céticos mais verossímeis, enquanto as promessas dos verdadeiros

A insatisfação é maior entre os eleitores trabalhistas que apoiaram a iniciativa

crentes de bons tempos à frente tornaram-se mais difíceis de engolir.

O fracasso do governo em atender às expectativas dos eleitores da saída da UE é um peso. Outro pode ser a falha do governo em geral. Em 2019, Boris Johnson conseguiu mobilizar a causa do Brexit para alcançar avanços conservadores em assentos tradicionalmente trabalhistas, mas com forte voto pela saída. Agora que o Brexit é uma realidade estabelecida, a dinâmica oposta pode ter entrado em ação – antipatias partidárias de longa data se reafirmam e colorem as percepções do que os trabalhistas veem como um mau acordo conservador.

Os eleitores que agora veem o Brexit como um serviço malfeito sabem que ele foi defendido, promovido e implementado apenas por parlamentares conservadores. Um acordo fracassado do Brexit tem se tornado apenas mais um exemplo de traição conservadora em comunida-

Fim da ilusão. Assombrados pelo desemprego e a queda na renda, efeitos colaterais do Brexit, os britânicos protestam. Daí a voltar à União Europeia, há um longo caminho

JUSTIN TALLIS/AFP

des onde a suspeita em relação aos *tories* remonta a gerações. Pesquisas sugerem que a mudança de opinião é marcadamente maior entre aqueles que defenderam o rompimento no Partido Trabalhista do que entre os conservadores. Um terço dos trabalhistas partidários do Brexit agora quer voltar à União Europeia ou negociar uma relação mais próxima com Bruxelas, em comparação com apenas um quinto dos conservadores que apoiaram o Brexit. Cada impacto é classificado de forma mais negativa pelos trabalhistas do que pelos conservadores pró-saída.

As diferenças partidárias entre os defensores do Brexit podem ser rastreadas há vários anos. Pesquisa de opinião de junho de 2020 mostra que mais de 80% dos conservadores pró-Brexit se opunham a um alinhamento próximo com a UE, enquanto 75% desejavam cumprir o prazo de dezembro, mesmo que isso significasse sair sem um acordo comercial. Os trabalhistas pró-Brexit eram mais ambivalentes, apenas metade apoiava cada uma dessas opções linhas-duras.

Essa ambivalência inicial agora evoluiu para descontentamento com o acordo existente e um desejo de renegociar. Mais de 70% dos pró-Brexit do Partido Trabalhista questionados pela Opinium em novembro de 2022 acham que o acordo foi negativo até agora, em comparação com 40% dos conservadores pró-saída. A mesma pesquisa mostra o apoio da maioria dos pró-Brexit do Partido Trabalhista a várias opções de integração mais estreitas, incluindo a livre circulação e até mesmo o Reino Unido aceitar alguma legislação da UE, opções que permanecem inaceitáveis para os pró-Brexit do Partido Conservador.

Embora a insatisfação com a situação possa estar em crescimento, seus fervorosos defensores não devem ter muitas esperanças. A decepção com o Brexit não se traduz em desejo de mais uma campanha de referendo polarizadora. Apesar de um clima mais brando entre os trabalhistas pró-Brexit tornar mais fácil para a liderança trabalhista aproximar o Reino Unido da União Europeia sem abrir divisões em seu apoio, o caminho de volta a Bruxelas é longo e difícil. Será custoso alcançar mais do que ganhos incrementais a curto prazo, o que dificulta para Keir Starmer cumprir as promessas de "fazer o Brexit funcionar". As esperanças frustradas também podem assombrar os trabalhistas no futuro.

Para os conservadores, a decepção com o Brexit e as divisões que se abrem entre aqueles que aprovam a saída sobre o melhor caminho a seguir adicionam fardos a um governo que luta em várias frentes e representam um profundo dilema estratégico. Abordar a crescente insatisfação entre o público exigiria mudança de postura, mas qualquer movimento na direção de relações mais próximas enfurece os verdadeiros fiéis do Brexit, tribo em declínio entre o eleitorado, mas ainda força vocal em todos os níveis do Partido Conservador. Mudar de rumo requer, primeiro, admitir que o Brexit não funciona. Essa admissão ainda é uma heresia. Os conservadores venceram com a promessa de entregar o Brexit. Eles poderão perder em breve, porque o Brexit não consegue entregar por eles. •

**Professor de Ciência Política na Universidade de Manchester e coautor de* The British General Election of 2019.
Tradução: Luiz Roberto Mendes Gonçalves.

Disfarces em disputa

IDEIAS O conceito de *fake news* deixou de corresponder apenas às informações falsas para virar também uma arma de combate

POR RENATO ORTIZ*

O conceito de *fake news* tornou-se uma espécie de argumento de acusação, uma arma para se combaterem os adversários. Acredita-se que as notícias falsas são aquelas veiculadas pelo "inimigo". Nesse sentido, a acusação deriva da crença, não propriamente daquilo a que se refere.

É sempre possível desmascarar a falsidade do outro. O presidente da República referiu-se à destituição de Dilma Rousseff como golpe. A imprensa conservadora reagiu dizendo: "É *fake news*". A destituição, para eles, teria sido feita de acordo com as regras institucionais do Congresso.

A esquerda responde: "Outra *fake news* da Globo e dos jornalões". A controvérsia gira em falso, opondo versões antagônicas dos fatos e enredando a argumentação numa inescapável série de equívocos.

As coisas podem, porém, ser pensadas de outra maneira. A noção de *fake news* implica a existência de algo objetivo que, em princípio, contrasta com sua distorção. Ou seja, ela é um disfarce que pode ser desmentido. O termo implica ainda a ideia de intenção: manipular informações com intuito persuasivo.

Fake news é uma adulteração consciente para se atingir determinado fim. Ela possui o poder "viral" de se disseminar enquanto verdade. Por isso proliferam sites de notícias que indicam a falsidade do que é apresentado ao público – caso do site Aos Fatos. Eles checam os fatos e remontam fotos e vídeos utilizados fora de data, lugar e contexto.

Os exemplos são muitos. É falso que o artigo 14 prevê a intervenção militar ou federal; que o aplicativo do STF não permite denúncias contra o PT; que o STF e o TSE criaram leis para cassar os cristãos eleitos; que a Justiça determinou a liquidação do estoque da Daslu; que o Tribunal de Estrasburgo determinou a anulação do casamento homossexual; que Alexandre de Moraes aparece em foto jantando com José Dirceu; e que o Júri concluiu que Maria da Penha foi morta por um assaltante, não pelo marido.

Cada uma dessas frases refere-se a elementos verificáveis. Há, inclusive, todo um trabalho de recuperação da verdade informativa realizado com esmero e atenção.

> Reputa-se como *fake news* toda versão antagônica produzida por um suposto inimigo

A polêmica entre impedimento e golpe é de outra natureza: faz parte do domínio da interpretação. O tema não é novo. Os historiadores discutem se "renascimento" é um conceito adequado para se caracterizar determinado momento histórico da Europa Ocidental. Alguns dizem não existir Renascimento (*com maiúscula*), mas apenas um conjunto de transformações específicas à vida cultural e estética italiana. Outros discordam: há uma história do Renascimento, e ela não se limita à Itália.

O tema torna-se então uma controvérsia. O ano de 1868 é visto, no Japão, como revolução Meiji ou restauração. O aspecto revolucionário sublinha o advento da modernidade e da industrialização, a ruptura com a ordem tradicional dos samurais. É uma data emblemática, pois a modernização do Japão se faz antes de alguns países da Europa Ocidental e *pari passu* com os Estados Unidos.

Os conservadores, no entanto, ao construir um fio imaginário da história que liga a figura do imperador desde a corte Heian (século VII) às transformações do fim do século XIX preferem o termo restauração. Em princípio, o imperador, sufocado pelo poder dos clãs samurais, emergiria para unir o povo japonês

TAMBÉM NESTA SEÇÃO →

pág. 52
Animação Sete anos após a indicação ao Oscar, Alê Abreu lança *Perlimps*

GUSTAV DORÉ/PILAR VELLOSO

em torno da aspiração à coesão nacional.

Neste caso, as duas perspectivas se aproximam, ainda que enfatizem dimensões distintas. Revolução ou restauração são interpretações, não *fake news*. A "verdade histórica" é distinta da "verdade informativa".

O debate tupiniquim situa-se nesse contexto. As forças de esquerda privilegiam a ruptura democrática incentivada pela elite econômica e política – não nos esqueçamos de que os conglomerados midiáticos apoiaram a "nova ordem dos fatos", assim como o fizeram durante a ditadura.

Como as razões para o impedimento eram frágeis e inconsistentes, foi preciso maquiá-las e dar-lhes uma roupagem jurídica capaz de tornar o invólucro palatável. A partir de um falso motivo ético-político, rompia-se com a ordem democrática. Essa ambiguidade se reflete na sentença proferida: Dilma Rousseff é cassada como presidente, mas tem garantidos seus direitos políticos.

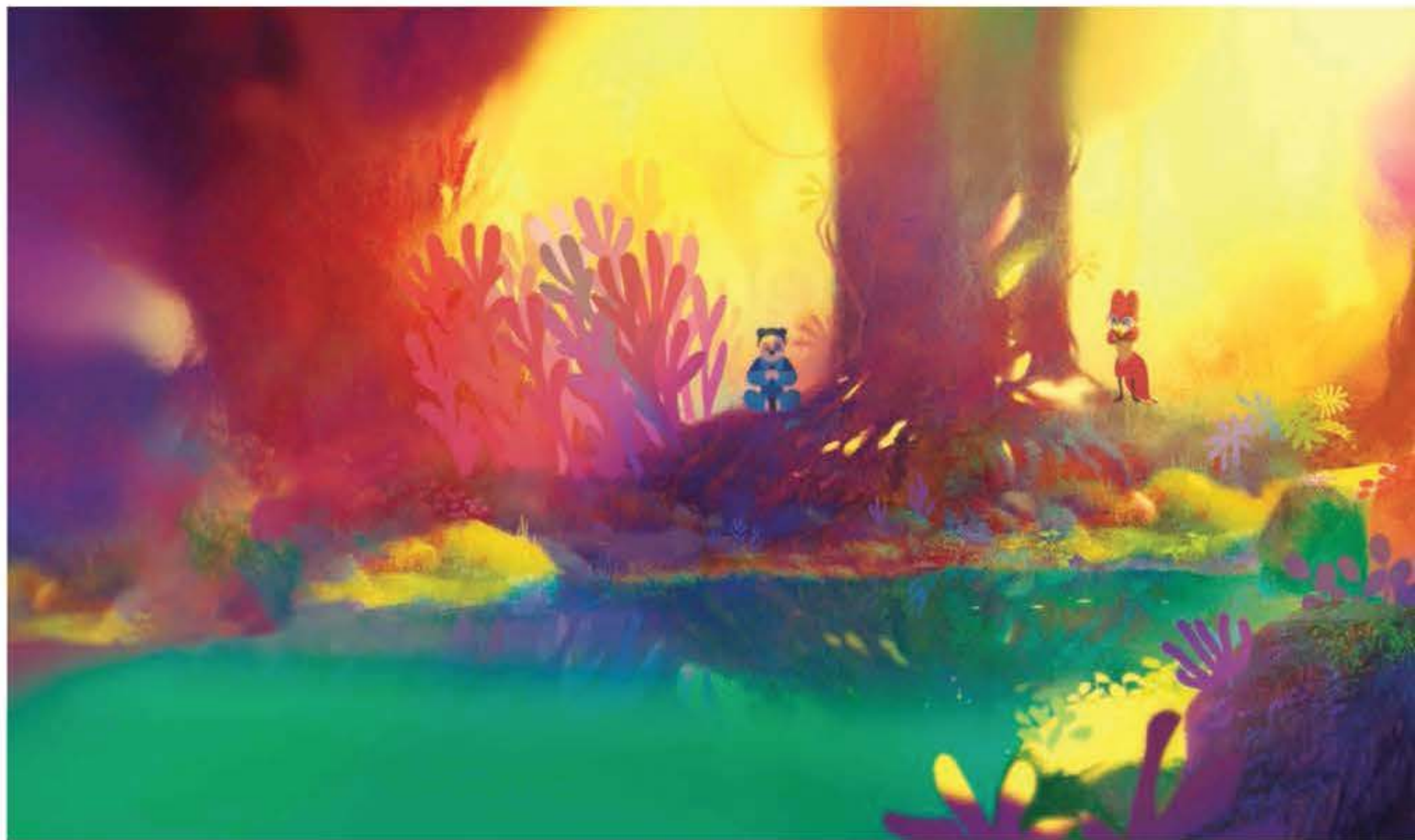
Os conservadores minimizam o motivo da destituição. Montado o argumento jurídico, o que importaria seria o procedimento processual, sem desvios das regras institucionais consagradas.

Neste caso, a causa permanecia oculta, funcionando apenas como gatilho de uma ruptura ordenada, na qual as instituições democráticas estariam preservadas. Oculta-se dessa forma o clima de lavajatismo e intolerância.

Mas seria tudo isso *fake news*? A disputa sobre o significado de impedimento é, na verdade, uma controvérsia de versões, que nada tem a ver com a transmissão das informações. Ela não pode ser conferida nos sites que zelam pela veracidade das notícias.

Embora fundada na análise dos fatos, a verdade histórica não pode ser checada como algo que afirma ou desmente aquilo que se diz. A interpretação é sua natureza. Não existe um Site (*com maiúscula*) no qual a verdade final possa ser consagrada – a não ser em casos de negacionismos.

Os historiadores vivem em um universo de disputa de versões e, à medida que se conhece melhor a realidade, constrói-se um consenso compartilhado. O universo das notícias, em sua celeridade agora digital, muitas vezes se crê portador de uma sabedoria fugaz, capaz de definir a ordem do mundo segundo suas virtudes midiáticas. •

**Renato Ortiz é professor do Departamento de Sociologia da Unicamp.*

Os seres mágicos de Alê Abreu

ANIMAÇÃO Sete anos após a indicação ao Oscar, o desenhista leva um novo universo fantástico às telas de cinema: *Perlimps*

POR ANA PAULA SOUSA

Sete anos após ter concorrido ao Oscar de animação com *O Menino e o Mundo* (2013), Alê Abreu retornou às telas de cinema, na quinta-feira 9, com *Perlimps*, o maior projeto de sua carreira. Ser o maior, no seu caso, está longe de significar ser enorme. Artesão por natureza e convicção, o diretor, até *O Menino e o Mundo*, trabalhava praticamente sozinho nos projetos. Com *Perlimps*, foi diferente.

Luiz Bolognesi, roteirista de duas dezenas de filmes e diretor da animação *Uma História de Amor e Fúria* (2013), e Laís Bodanzky, diretora que trabalhou com o universo infanto-juvenil em *As Melhores Coisas do Mundo* (2010), embarcaram no projeto numa fase bem inicial. Além de terem sido produtores, ambos contribuíram com a construção da dramaturgia. A Sony Pictures, a Globo Filmes e o Gloob assinam a coprodução. "Acho que, sem o grupo com quem trabalhei, o filme seria muito mais difícil de entender, muito mais psicodélico. Cheguei a ouvir: 'Você quer dizer isso, tudo bem, mas você não está dizendo'", conta Abreu, rindo. Eu não queria fazer outro *O Menino e o Mundo*, queria entrar em novos universos e acho que fiz um filme mais aberto."

Seu primeiro longa-metragem, *Garoto Cósmico* (2007), se passava em um universo futurista, no qual duas crianças que viviam no "mundo da programação" tomavam contato com as coisas simples da vida. O protagonista de *O Menino e o Mundo*, por outro lado, vivia de forma

Artesão. Desde seu primeiro curta-metragem, *Espantalho* (1998), o artista tem construído uma obra sólida e sincera

MÁRIO MIRANDA FILHO/MOSTRASP E VITRINE FILMES

simples e, ao sair de casa em busca do pai, entra em contato com um mundo em constante e destruidor progresso.

A dupla central de *Perlimps*, Claé e Bruô, vem de dois reinos: o do sol, meio cigano, e o da lua, meio militarizado. Apesar de absolutamente diferentes, eles terão de aprender a conviver e a contar um com o outro no meio de uma floresta encantada.

Abreu conta que já estava trabalhando na ideia quando seu filho nasceu, em 2016. A partir daí, a relação com a infância, tema central de sua obra, foi sendo ressignificada. "Os filmes são sempre reflexo do momento que a gente vive", diz. "Acho que *Perlimps* é sobre o rompimento da infância e a perda da inocência. A vida adulta impõe essa perda, e eu fico pensando em todas as vivências que ficam submersas na nossa memória."

Esta não é, porém, a única perspectiva de *Perlimps*. O filme traz em si a ideia de que as crianças também carregam as sementes de mudança do mundo. "Para a criança, tudo é possível. A criança entende perfeitamente o sentido de utopia. E eu acredito que essa crença infantil fica em algum lugar dentro da gente", diz.

Enquanto em *O Menino e o Mundo* não havia nem roteiro formal nem diálogos – as poucas falas eram ditas em reverso, ou seja, eram ininteligíveis –, em *Perlimps* o roteiro e a escrita se tornaram elementos fundamentais. Alguns diálogos foram, inclusive, retrabalhados até o filme praticamente pronto. As falas couberam aos atores Stênio Garcia, Júlia Benite (a Mônica dos filmes da *Turma da Mônica*) e Lorenzo Tarantelli (dublador da série *Jovem Sheldon*).

> "Eu não queria fazer outro *O Menino e o Mundo*, e acho que fiz um filme mais aberto", diz o diretor

O diretor conta que, ao longo do processo, as cenas escritas, uma vez colocadas no Animatic – um *storyboard* animado –, se mostravam frágeis. "Ou tinham problemas de clareza ou falta de ritmo, por exemplo. Já estávamos numa fase bem final quando a Laís, ao ouvir uns diálogos, me disse: 'Alê, não está funcionando ainda'", conta ele.

Foi aí que entrou no projeto a roteirista e escritora Adriana Falcão, a quem coube afiar os diálogos. Mais ou menos como Claé e Bruô, Abreu teve de se abrir para o outro – no seu caso, para outras formas de narrar e, por que não?, de ver.

Pelo fato de, com *O Menino e o Mundo*, ter ganhado cerca de 50 prêmios – entre eles, o do importante Festival de Annecy – e ter ficado na seletíssima lista de indicados ao Oscar, Abreu foi procurado por produtores de alguns países interessados em entrar no seu projeto seguinte. Acabou, porém, fazendo uma produção 100% brasileira.

Antes de estrear por aqui, *Perlimps* foi lançado na França. O título, conta o diretor, surgiu da tentativa de se dar nome aos seres de luz que, embora tivessem um quê de *aliens*, não eram *aliens*. Nas trocas de ideias, duas palavras surgiram: pirlimpimpim e Gremlins – os famosos personagens da década de 1980.

Um dos segredos da magia desses seres é que eles espelham a sincera jornada empreendida por Abreu, desde o seu primeiro curta-metragem, *Espantalho* (1998), para viver de animação autoral no Brasil. "Sucesso é a gente se encontrar, né?", diz, leve como um *perlimp*. •

Um manifesto íntimo e raivoso

TheObserver Em *Como Enfrentar um Ditador*, Maria Ressa, ganhadora do Prêmio Nobel da Paz, reflete sobre seus enfrentamentos contra o regime filipino

POR JOHN NAUGHTON

A filipino-americana Maria Ressa pode ser, fisicamente, uma figura diminuta. Tem, descalça, 1,55 metro. É, no entanto, uma gigante moral. Em 2021, ela foi um dos dois jornalistas – o outro foi o russo Dmitry Muratov – a receber o Prêmio Nobel da Paz por seus esforços para "salvaguardar a liberdade de expressão" em seus respectivos países.

Maria se soma, assim, a dois outros jornalistas de um seleto panteão de vencedores anteriores: a iemenita Tawakkol Karman, que dividiu o prêmio com duas mulheres em 2011, e o repórter alemão Carl Ossietzky, homenageado em 1935 por sua reportagem sobre o rearmamento alemão sob Hitler.

Ossietzky não pôde receber o prêmio porque o regime lhe recusou a permissão para viajar à Noruega. Ele morreu em 1938, após suportar anos de tortura e maus-tratos em campos de concentração nazistas.

Maria Ressa recebeu o prêmio por suas reportagens destemidas sobre a corrupção e a brutalidade do regime de Rodrigo Duterte em sua terra natal, as Filipinas. Se o presidente daquele infeliz país tivesse campos de concentração à sua disposição, ela, com certeza, estaria em um deles.

À falta de campos de concentração, o regime teve de se contentar em condená-la por um crime que não cometeu, com base em um artigo que não escreveu, sob um crime de "ciberlibelo" que ainda não existia e emitir dez mandados de prisão.

COMO ENFRENTAR UM DITADOR

Maria Ressa. Tradução: Débora Landsberg, Denise Bottmann e Isa Mara Lando. Companhia das Letras (344 págs., 74,90 reais)

Seu advogado lhe disse que, se for considerada culpada nesses processos, poderá ser condenada a mais de um século de prisão. Desde 2018, Ressa, quando está na rua, está sempre com um colete à prova de balas.

No livro *Como Enfrentar um Ditador – A Luta Pelo Nosso Futuro* (agora lançado no Brasil, pela Companhia das Letras), o que ela faz é parte autobiografia, parte manifesto.

O manifesto é sobre o quão importante é para a democracia o jornalismo que denuncia abusos de poder e desafia a impunidade daqueles que – como Duterte e Mark Zuckerberg, o chefe do Facebook – o exercem.

A biografia é a história de como uma menina nascida em circunstâncias modestas nas Filipinas foi levada para os Estados Unidos, onde prosperou. No país, ela terminou indo para Princeton, escrevendo uma peça de advertência que chegou ao Festival Fringe de Edimburgo e ganhando uma bolsa Fulbright, que a levou de volta à terra natal com a ideia de explorar o papel do teatro político na condução da mudança política.

Maria Ressa tornou-se jornalista mais ou menos por acaso. Trabalhou, primeiro, nos bastidores de uma emissora de tevê local, a PTV4, depois no programa de documentários investigativos *Probe*, da ABS-CBN, e, finalmente, na CNN, onde descobriu que "aparecer diante da câmera é a maneira mais antinatural de ser natural".

Ela revelou-se, porém, uma repórter natural e destemida que queria estar no centro das coisas, mesmo quando essas coisas eram indescritivelmente brutais, como na Indonésia após a queda de Suharto, em 1998.

"Em um fim de semana, vi oito pessoas decapitadas por grupos de homens barulhentos e animados, usando faixas coloridas na cabeça que designavam seu grupo étnico", escreveu. "Saí para um campo

A autora só sai de casa com um colete à prova de balas

PROJEKT SPEAKER/GMF

onde havia um grupo de meninos jogando futebol. Eles pareciam estar se divertindo muito. Então percebi que a bola que eles chutavam era a cabeça de um velho."

No final, ela deixou a CNN por princípio: discordou da contratação de um apresentador em quem não confiava. Com outras três mulheres, fundou o Rappler, site espetacularmente original, apenas digital, que rapidamente caiu na mira do regime de Duterte pela forma como começou a investigar os assassinatos que faziam parte da "guerra ao crime" do presidente.

"Todas as noites, desde a eleição de 2016, uma média de 33 cadáveres foram encontrados nas ruas e nos bairros pobres de Manila", escreve. O Rappler começou a publicar perfis de pessoas que tinham sido assassinadas, muitas delas adolescentes ou crianças, e a publicar detalhes das "investigações" policiais sobre os assassinatos. O resto, como dizem, é história.

Foi nesse ponto que Maria Ressa começou a avaliar o papel crítico que as redes sociais, especialmente o Facebook, estavam desempenhando no enfraquecimento da democracia em seu país.

Duterte foi o primeiro político filipino a entender o potencial da plataforma e usá-la para seus próprios objetivos políticos. Sua equipe também provou ser particularmente hábil em explorar os algoritmos de engajamento para mobilizar multidões *online* e espalhar desinformação.

O Rappler começou a examinar como isso funcionava, e então Ressa se aproximou de executivos do Facebook em Cingapura para alertá-los sobre o que ela e seus colegas estavam descobrindo.

Mais tarde, encontrou-se com o próprio Zuckerberg para tentar fazê-lo dar mais atenção ao que estava acontecendo. Ao final, o Rappler descobriu que as Filipinas estavam sendo usadas como laboratório para a manipulação de plataformas *online* que facilitaram a eleição de Donald Trump, nos Estados Unidos.

Essas tentativas de dar o alarme não levaram, porém, a nada. Não causa, portanto, surpresa o fato de *Como Enfrentar um Ditador* ter um tom apaixonado, frustrado e, às vezes, raivoso.

Maria Ressa viu o futuro e sabia que ele não funcionava para a democracia. E ninguém, exceto o comitê do Nobel, parecia estar prestando atenção. Por essa graça, muito obrigado. •

Tradução: Luiz Roberto Mendes Gonçalves.

Desigualdade em campo

▶ A derrota do Flamengo para o Al Hilal evidencia o desequilíbrio do futebol no mundo e deixa claro que estávamos diante de uma ilusão midiática

Um assunto esportivo que preencheu os noticiários, as redes sociais e as conversas esta semana foi a desclassificação do Flamengo, na terça-feira 7, na fase semifinal do Mundial de Clubes. O rubro-negro foi derrotado por 3 a 2 pelo Al Hilal, da Arábia Saudita, em Tânger, no Marrocos, e vai disputar o terceiro lugar da competição.

Se a derrota causou tamanho impacto é porque ela deixa claro que estávamos diante de mais uma ilusão midiática construída sobre areia movediça. Concordo que falar depois do leite derramado é fácil. Mas a instabilidade dessa construção e seus pontos vulneráveis já vinham sendo levantados por alguns analistas que correram o risco de ser acusados de não respeitar a força avassaladora de um dos clubes mais populares do Brasil.

Tais comentários, como o de que era preciso, primeiro, passar pela semifinal, eram feitos, quase sempre, da boca para fora, de maneira pálida, sem qualquer força de expressão. O que era apontado com veemência era a espera do confronto contra o Real Madrid – que agora tem o caminho aberto.

Confesso que cheguei a temer, em meio ao clima que se formava, uma derrota humilhante contra o Real. Mas logo me deixei envolver pelo otimismo reinante. A decepção tornou-se, dessa forma, desastrosa. A expectativa da gigantesca torcida rubro-negra foi estimulada de forma interesseira. Devemos reconhecer que, como sociedade, ainda nos falta maturidade para conquistar a desejada independência.

O jornalista José Carlos Mansur, rara voz lúcida, nos mostra em suas análises esportivas, que incluem o "painel da desigualdade", a situação de desequilíbrio do futebol no mundo. A distância entre os povos, que aumenta cada vez mais, reflete-se na nossa condição atual de periferia. E essa constatação não tem nada a ver com a velha ideia do "complexo de vira-lata". Ela é um retrato do mundo atual.

Uma demonstração do incômodo que esses desequilíbrios geram é que houve protestos de representantes de outros continentes, como a África, pela preferência dada aos representantes da Europa e da América do Sul.

Estamos, porém, passando por mais um período do que já se chamou de fornecedores de "pé de obra".

Esse é um dos pontos destacados no balanço, a esta altura exaustivo, a respeito da derrota do Flamengo: a transferência, para times do exterior, das revelações dos nossos clubes e a contratação indiscriminada de veteranos, muitos deles necessários para o equilíbrio na formação de grandes equipes. O Flamengo vem atravessando mal a fase de transição pela qual todos os times passam – isso acontece agora com o próprio Real Madrid e também o Barcelona.

Fala-se muito da saída do Arrascaeta e depois do Everton Ribeiro, dois craques fora do comum que deixaram o Flamengo carente de criatividade. O time está visivelmente desgastado. Além de tudo, passou pela reconhecida trapalhada nas contratações, que deixaram o ambiente perturbado. Um exemplo disso é que o experiente Vidal foi multado, na semana decisiva, ao externar, em duas ocasiões, a insatisfação justificável.

Marinho é outra contratação que não vem rendendo. E a volta do Gerson tampouco rende os frutos esperados. Mas fica claro que o problema não são os jogadores.

Na busca das razões para a derrota citou-se um "erro de planejamento", que incluiria a troca de treinador, o período de férias e os treinos inoportunos. Longe daqui, a Juventus italiana – um clube habitualmente estável – passa por crise semelhante. E lá vivem gentes das que mais conhecem futebol. Ou seja, o cenário futebolístico reflete uma crise mundial mais ampla, que se dá no bojo do neoliberalismo. Entre nós, neste momento, a confusão é grande. As SAFs (Sociedade Anônima do Futebol) começam a ser contestadas e a tendência é que virem um "queijo suíço", tantos são os buracos. •

redacao@cartacapital.com.br

A desclassificação expôs a instabilidade do rubo-negro

BAPTISTÃO E FADEL SENNA/AFP

Aventuras da ciência

▶ A mais recente edição da revista *Nature* listou as mais promissoras tecnologias a serem desenvolvidas ao longo do ano de 2023

1 - Sequenciamento de uma única molécula de proteína

As proteínas são formadas pela junção de dois ou mais dos 20 aminoácidos naturalmente disponíveis no interior das células. Como as possibilidades de combinações são infinitas, delas resulta enorme diversidade química.

Em 2018, foi publicada a técnica de fluoro-sequenciamento, segundo a qual cada aminoácido é marcado com um corante fluorescente que levará para a molécula da proteína o sinal luminoso que permitirá identificá-la, mesmo existindo uma molécula só. Identificar cada molécula presente numa mistura de proteínas tem implicações úteis para entender doenças e desenvolver tratamentos.

2 - As imagens do telescópio espacial James Webb

No Natal de 2021, foi lançado o maior de todos os telescópios: o James Webb, que levou mais de 20 anos para ser construído. Só para que os espelhos (de 6,5 metros cada um) se abrissem e se orientassem para obter as primeiras imagens, foram necessários sete meses.

Ao ver as imagens, Matt Mountain, astrônomo de Baltimore, resumiu o encantamento dos colegas: "Não vimos espaços vazios no céu, há galáxias para todos os lados. Teoricamente sabíamos, mas o impacto emocional de vê-las é muito diferente".

O James Webb dará acesso visual a distâncias em que o Hubble não conseguiu chegar, como as radiações infravermelhas das estrelas mais antigas. Ele é capaz de capturar assinaturas de galáxias com 13,5 bilhões de anos, que produziram os primeiros átomos de oxigênio e de neônio do Universo e de determinar a composição da atmosfera de exoplanetas.

3 - Microscopia eletrônica de volume

A microscopia eletrônica que revolucionou a microscopia do século passado sempre teve uma limitação: a necessidade de cortar as amostras de tecido em lâminas excepcionalmente finas. Por exemplo, para analisar uma única célula são necessários mais de 200 cortes.

A microscopia de volume trouxe a possibilidade de analisar em 3D amostras com alguns centímetros cúbicos. Com essa tecnologia, é possível mapear o interior das células e amplificar imagens 200 vezes com boa resolução, num único experimento.

4 - CRISPR em qualquer lugar

CRISPR-Cas9 revolucionou a terapia genética ao simplificar os métodos de introduzir e retirar genes do interior das células. Na Universidade Harvard, pesquisadores criaram enzimas mais versáteis do que Cas9, capazes de fazer a leitura do genoma inteiro, enquanto a técnica anterior permitia a leitura de apenas 1% a 15% deles.

5 - Datação com radiocarbono de alta precisão

Desde os anos 1940, cientistas têm trabalhado com radiocarbono para datar materiais ligados a eventos históricos. A técnica sempre se baseou na medida do isótopo carbono-14 (formado pela interação dos raios cósmicos com a atmosfera da Terra), que sofre decaimento no decorrer de milênios. Essa técnica, no entanto, perde a precisão em algumas décadas.

Tudo mudou em 2012, quando pesquisadores da Universidade de Nagoya, no Japão, demonstraram ser possível datar a partir de um pico de carbono-14 nos anéis de uma árvore, o cedro japonês. Pesquisas posteriores mostraram que esse pico estava presente em amostras de madeiras colhidas ao redor do mundo. Com essa técnica, os pesquisadores conseguiram datar amostras de 7.176 anos de idade.

6 - Metabolismo em uma única célula

O estudo dos lípides, carboidratos e outras moléculas essenciais para as funções celulares (metaboloma) tem sido realizado em tecidos e em populações de células. O metaboloma é a parte ativa da célula.

Avanços da técnica permitiram trabalhar com células dissociadas que podem ser "aprisionadas" em capilares para estudá-las individualmente.

7 - Embriões *in vitro*

As transformações que o óvulo fertilizado sofre para formar o embrião têm sido bem estudadas em camundongos e humanos. Alguns modelos foram criados em tubos de ensaio, para ajudar a compreender os eventos que determinam o sucesso ou o fracasso do desenvolvimento fetal.

Em 2022, pesquisadores da Universidade de Cambridge demonstraram ser possível preparar células-tronco capazes de gerar embriões de camundongos que podem ser implantados no útero materno. Essa estratégia possibilitou a obtenção de embriões humanos que se desenvolveram até o dia 12. O desenvolvimento *in vitro* desses embriões está limitado, por lei, ao dia 14. •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

SEM ANISTIA
VENES